



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

PARA O SISTEMA COMPRAS.GOV: Nº 90001/2026

EXPEDIENTE GPRO Nº. 1637/2026

Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jacareí - SAAE, localizado à Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121, Centro, Jacareí – SP, CEP: 12.327-703, e-mail: licitacao@saaejacarei.sp.gov.br, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, que será regido pela **Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos municipais nº 659/2022, 660/2022, 664/2022 e 665/2022 e demais legislações aplicáveis**, com suas alterações e demais exigências deste Edital, adotado o critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando o seguinte:

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico:

DATA: 23/02/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09H00MIN

VISTORIA TÉCNICA ATÉ ÚLTIMO DIA ÚTIL ANTERIOR À DATA DE ABERTURA DO CERTAME.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras (UASG 926641)

SUMÁRIO

1. OBJETO – Valor Estimado: R\$ 63.177,95.....	2
2. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	2
3. DO REGISTRO CADASTRAL	3
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	3
5. DA PROPOSTA DE PREÇOS.....	6
6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, MODO DE DISPUTA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	7
7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES	10
8. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES VIA MEIO ELETRÔNICO E DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	11
9. DA HABILITAÇÃO.....	13
10. DOS RECURSOS	17
11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	18
12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	18
13. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO	18
14. PRAZO, EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO	20



15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	20
16. EXTINÇÃO CONTRATUAL	21
17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	21
18. DA ANTICORRUPÇÃO	23
19. DA LEI 13.709/2018 – LGPD.....	23
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23
ANEXO I PREÇO DE REFERÊNCIA, PLANILHA DE CUSTO E TERMO DE REFERÊNCIA	25
ANEXO II PROPOSTA DE PREÇOS	56
ANEXO III MINUTA DE CONTRATO	57
ANEXO IV TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO	68
ANEXO V DECLARAÇÃO DE VISTORIA - MODELO	70
ANEXO VI DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO	71

1. OBJETO – Valor Estimado: R\$ 63.177,95

1.1. O objeto desta licitação é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA PARA GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE ASSIDUIDADE COM RECONHECIMENTO FACIAL, CONTENDO EQUIPAMENTOS, SOFTWARE DE GESTÃO DE PONTO (WEB/CLOUD COMPUTING), INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, INTEGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO SAAE- JACAREÍ**, decorrente da Solicitação de Compra (SC) 302/2026, conforme condições, quantidades e exigências deste edital e anexos.

1.2. EM CASO DE DISCORDÂNCIA EXISTENTE ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DESTE OBJETO DESCRITAS NO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO ATRAVÉS DO SITE www.gov.br/compras E AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, PREVALECERÃO AS QUE CONSTAM NO EDITAL.

1.3. A licitação **destina-se exclusivamente** para MICROEMPRESAS-ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, consoante art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

2. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/21 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, na forma eletrônica, através do e-mail licitacao@saaejacarei.sp.gov.br, devendo o licitante mencionar a modalidade, o número e o ano do processo licitatório.

2.1.1. O agente de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

2.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.



2.2.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação nos autos do processo de licitação.

2.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório será definida e publicada nova data para realização do certame.

2.3.1. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro através do site www.saaejacarei.sp.gov.br e do quadro de avisos da plataforma www.gov.br/compras, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

3. DO REGISTRO CADASTRAL

3.1. No SICAF

3.1.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no site www.gov.br/compras.

3.1.3. O cadastro junto ao provedor do Site implica a responsabilidade legal única e exclusiva da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.1.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública, não cabendo ao provedor do Site ou ao SAAE-JACAREÍ, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.1.7. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Portal Eletrônico para imediato bloqueio de acesso.

3.2. No PNCP

3.2.1. A licitante deverá ainda estar devidamente inscrita no registro cadastral unificado disponível no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas).

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste pregão eletrônico os interessados:



4.1.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que atendam às condições deste edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante do item 9 deste edital e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.1.2. Que atendam às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.1.3. Que possuam o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.4. A participação neste processo licitatório fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.2. Não poderão participar desta licitação:

4.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.1.1. empresas não enquadradas como ME/EPP;

4.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.2.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que



possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. O impedimento de que trata o item 4.22 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.2.2 e 4.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade

4.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.6. O disposto nos itens 4.2.2 e 4.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.8. A vedação de que trata o item 4.2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.9. Como condição para participação no Pregão, no cadastramento da proposta inicial, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico com relação às seguintes declarações:

4.9.1. O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte** ou **sociedade cooperativa** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

4.9.1.1. Para os itens deste edital, em que a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” produzirá o impedimento do licitante ter direito de participação do certame;

4.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



4.9.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.9.4. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregado executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.9.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.9.2 a 4.9.5 ou 4.9.1 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.3. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

5.3.1. A proposta de preços deverá se dar com a apresentação, no sistema, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário de cada item, com no máximo 02 (duas) casas decimais;
- b) Marca/Fabricante (aplicável ao fornecimento de produtos);
- c) Modelo/Versão (aplicável ao fornecimento de produtos);
- d) Quantidade ofertada

5.3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Na presente licitação, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados sem disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de



obra, o que não configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.5. Todas as compras efetuadas pelo SAAE Jacareí, **quando se tratar de operações INTERESTADUAIS**, os fornecedores NÃO OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL, deverão obedecer às regras do **DIFAL do ICMS**, considerando o SAAE JACAREÍ como NÃO CONTRIBUINTE. Lembrando que na cotação do valor do produto, nesse caso, deverá ser considerada como custo, a alíquota do ICMS aplicável no Estado de São Paulo.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os serviços necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá **PARAMETRIZAR** o seu valor **FINAL MÍNIMO** quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor **FINAL MÍNIMO**, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea acima.

5.7.1. O valor **FINAL MÍNIMO** parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.7.1.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por **MENOR PREÇO**;

5.7.2. O valor **FINAL MÍNIMO** parametrizado na forma do item 5.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.8. As propostas registradas no sistema eletrônico www.gov.br/compras, conforme item **5.3.1**, **não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

5.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

5.9.1. Qualquer prejuízo do licitante, pelo não acolhimento ao item anterior, não responsabilizará a Administração.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, MODO DE DISPUTA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A partir das **09H00MIN** do dia **23/02/2026** em conformidade com o estabelecido neste edital, terá início a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços (cadastradas eletronicamente) recebidas em conformidade com o **item 5**. E que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital e seus anexos.



6.2. A partir desta mesma data e horário ocorrerá o início da etapa de lances, via internet, única e exclusivamente no site www.gov.br/compras.

6.3. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, **adotando-se o intervalo mínimo entre lances de R\$ 1,00 (um real)**. O valor indicado acima incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.3.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances para as etapas abertas.

6.3.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.3.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.3.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 6.3.2, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24(vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.10. Uma vez encerrada a etapa de lances, em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).



6.11. Só poderá haver empate entre propostas iniciais iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.11.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.11.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.11.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.11.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.11.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.11.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.11.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo, por se tratar de licitação realizada entidade de Município localizado no território do referido Estado;

6.11.2.2. Empresas brasileiras;

6.11.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.11.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.11.3. Esgotados todos os critérios de desempate dispostos nos itens **6.11.1** a **6.11.2.4**, este será realizado por intermédio de sorteio.

6.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.12.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.12.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.12.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.12.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



6.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Somente as licitantes que apresentaram proposta de preços em consonância com o item 5, poderão apresentar lances para os itens cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.1.1. Os lances serão ofertados pelo **VALOR UNTÁRIO.**

7.1.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais.

7.2. A abertura e o fechamento da fase de lances “via internet” serão feitos pelo sistema www.gov.br/compras.

7.3. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

7.4. A licitante somente poderá oferecer lances de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no Sistema, tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.5. Serão considerados lances intermediários aqueles que apresentem valores iguais ou superiores ao menor já recebido e registrado em primeiro lugar, considerando-se a adoção do critério de julgamento de menor preço.

7.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.7. O pregoeiro poderá, durante a fase competitiva, como medida excepcional, **excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo da licitação**, mediante comunicação eletrônica via sistema aos participantes, consoante art. 20, parágrafo §3º do [Decreto Municipal 660/2022](#), publicado no Boletim Oficial do Município de Jacareí em 28 de dezembro de 2022.

7.7.1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica sua retirada do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

7.7.2. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances nas etapas abertas, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **ITEM**.

7.7.3. O proponente que encaminhar o lance com valor que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo da licitação durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil para exclusão, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DECLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.8. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas de preços.



8. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES VIA MEIO ELETRÔNICO E DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.1.1. O prazo de 02(duas) horas para apresentação da proposta comercial reajustada poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes hipóteses:

8.1.1.1. por solicitação do licitante feita no chat antes do fim do prazo, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação; ou

8.1.1.2. de ofício, a critério do agente de contratação Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

8.2. Erros no preenchimento da proposta não são motivos suficientes para sua desclassificação, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, desde que não prejudiquem a isonomia ou a competitividade do certame e atendidas as demais condições de aceitabilidade.

8.3. Sempre que necessário o envio de documentos complementares à proposta de preços, o prazo será estabelecido pelo(a) pregoeiro(a).

8.4. Se a proposta de preços não for aceitável ou a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro solicitará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

8.5. A proposta de preços atualizada com o último lance deverá conter:

- a) Número do item;
- b) Descrição dos serviços / produtos;
- c) Valor unitário de cada item, **com no máximo 02 (duas) casas decimais;** (aplicável a itens de pagamento único)
- d) Valor total dos itens a serem pagos uma única vez;
- e) Valor mensal de cada item, **com no máximo 02 (duas) casas decimais;** (aplicável a itens de pagamento mensal)
- f) Quantidade de meses; (aplicável a itens de pagamento mensal)
- g) Valor total dos itens a serem pagos mensalmente;
- h) Valor Total Global de todos os itens.
- i) ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA;

8.6. Encerrada a etapa de negociação mencionada no 6.12.4, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.1.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;



- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.8. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.9. Referente ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, o pregoeiro verificará se faz jus ao direito de participação, em conformidade com o item 4.9.1 deste edital.

8.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 28 a 31 do [Decreto Municipal 660/2022](#), de 20 de dezembro de 2022.

8.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.11.1. Contiver vícios insanáveis;

8.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.11.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.11.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.12. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.12.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



8.13. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.13.1. A comprovação de exequibilidade deverá ser feita em planilha por item e valor unitário do item.

8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no edital.

8.18. Será admitido apenas 01 (um) licitante vencedor no certame.

8.19. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham a causar prejuízo para o SAAE-Jacareí e principalmente não firam os direitos dos demais licitantes.

8.20. Atendidas as especificações do edital, estando habilitada a licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a empresa vencedora do respectivo item.

8.21. O resultado desta licitação será publicado no site www.gov.br/compras.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

9.2. A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.



9.2.1. Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

9.2.2. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no item 9.5. deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via internet.

9.2.3. Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

9.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

9.4. Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

9.5. A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

9.5.1. Habilitação jurídica

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.5.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de certidão(ões) em vigor relativa (s) ao domicílio ou sede do licitante, que contemple DÉBITOS INSCRITOS em dívida



ativa, ou outra equivalente, na forma da Lei, ou declaração de isenção. No caso de a licitante ter domicílio ou sede no estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a fazenda estadual se dará através da certidão de débitos tributários inscritos da dívida ativa do estado de São Paulo, **EXPEDIDA A CERTIDÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO;**

e) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra ou outra equivalente, na forma da lei;

f) Certidão de regularidade do licitante perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

g) Certidão de regularidade do licitante referente a débitos trabalhistas (certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT), instituída pela [Lei n. 12.440/2011](#);

9.5.2.1. Referente aos documentos das alíneas “c”, “f” e “g”, que constituem o NÍVEL III do SICAF e esse por sua vez é vinculado com a Receita Federal, pelo fato dos mesmos serem atualizados automaticamente na certidão do fornecedor, estando válidos nesta condição, já comprova sua validade culminando em aceitação para fins de habilitação.

9.5.3. Qualificação econômico-financeira

9.5.3.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÕES JUDICIAIS (CONCORDATA) para pessoa jurídica e execuções para pessoas físicas, expedida pelo Estado ou Distribuidor Judicial da Comarca onde se situa a pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, com **DATA DE EXPEDIÇÃO NÃO SUPERIOR A 90 (NOVENTA) DIAS** anteriores à data marcada para abertura da sessão.

9.5.3.1.1. Em se tratando de empresa em recuperação judicial, será aceito o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente em pleno vigor, com fulcro na Súmula 50 do TCE-SP.

9.5.3.2. Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

9.5.4. Da Qualificação Técnica

9.5.4.1. COMPROVAÇÃO, EM NOME DA EMPRESA LICITANTE, como titular do contrato, de aptidão para atender o objeto da presente licitação, o que dar-se-á por meio de atestado (s) de capacidade técnica, fornecido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado que, somados ou não, comprove(m) que já realizou, anteriormente, obras/serviços com características semelhantes de execução e quantidades compatíveis ao objeto licitado, conforme inciso II, do art. 67, da Lei nº 14.133/2021.

- a) nome da contratante;
- b) período dos serviços atestados;
- c) local de prestação dos serviços;
- d) objeto do contrato;
- e) serviços executados (com respectivos totais);
- f) nome do(s) responsável(eis) técnico(s).

9.5.4.1.1. As parcelas de maior relevância técnica, cuja aptidão e experiência deverão ser comprovadas através desse(s) atestado(s) são os seguintes:



Item	Descrição
01	implantação de solução (locação) integrada para gerenciamento eletrônico de assiduidade com reconhecimento facial, contendo equipamentos, software de gerenciamento, instalação, configuração, integração de dados, treinamento e suporte técnico

9.5.5. Declaração de vistoria, conforme modelo do **ANEXO I do termo de referência**. A vistoria técnica poderá ser agendada com até 1 (um) dia útil de antecedência da sessão pública, junto à Unidade de Tecnologia da Informação situada na rua Miguel Leite do Amparo nº 121 – centro – Jacareí - SP, de segunda à sexta-feira, das 08:30 às 16:00 hs, ou através do telefone (12) 3954-0300 ou ainda através do e-mail informatica@saaejacarei.sp.gov.br.

9.5.5.1. A declaração de vistoria, para os licitantes que conheçam as condições locais, poderá ser substituída por Declaração de conhecimento (anexo V) em conformidade com § 3º do artigo 63 da Lei 14.133/21.

9.6. A licitante, para fins de habilitação, deverá observar as disposições que seguem:

9.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.7.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

9.7.3. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

9.7.4. Os documentos exigidos para habilitação **não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos**, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

9.7.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.7.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.7.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.7.6. Para o procedimento licitatório será considerada como válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se anexada legislação específica para o respectivo documento.

9.7.7. Toda documentação da licitante deverá se referir ao número de CNPJ da pessoa jurídica que efetivamente irá fornecer o bem ou prestar os serviços, quer seja matriz, quer seja filial (artigo 75, § 1º, Lei nº 10.406/02 - Código Civil Brasileiro).



9.7.8. A licitante, se tratando de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), NÃO FICA ISENTA DA APRESENTAÇÃO de documentação acerca de sua regularidade fiscal e trabalhista, entretanto, caso exista alguma restrição, impropriedade ou pendência somente no tocante a essa documentação, ela poderá ser oportunamente regularizada nos termos do [art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006](#).

9.7.9. A licitante deverá informar os dados de quem assinará o Contrato, conforme LC-01 da Instrução 01/2020 do TCE-SP, atualizada pela Resolução 11/2021.

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ **RG:** _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Nacionalidade: _____ **Estado Civil:** _____

9.7.10. Serão aceitos via e-mail, após a sessão pública e conforme solicitação do pregoeiro, documentos assinados digitalmente e encaminhados para o endereço eletrônico licitacao@saaejacarei.sp.gov.br, com as seguintes indicações no título do e-mail:

**“PROPOSTA COMERCIAL E HABILITAÇÃO”
PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº. 001/2026**

9.7.11. Ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio é vedado autenticar as cópias dos documentos apresentados.

9.7.12. Fica dispensada a apresentação das vias originais na forma física desde que os documentos apresentados eletronicamente sejam assinados mediante certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

9.8. Os documentos emitidos via internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

10. DOS RECURSOS

10.1. Qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, imediatamente após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do Sistema Eletrônico no prazo de 10 (dez) minutos, manifestar sua intenção de recorrer.

10.1.1. Será concedido ao licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de **03 (três) dias úteis contados da data da intimação**, para apresentar as razões de recurso.

10.1.2. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão



recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

10.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no SAAE-JACAREÍ – UNIDADE DE LICITAÇÕES E COMPRAS, à Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121 – Centro – Jacareí- SP, CEP 12.327-703, no horário de 08h30 às 16h30.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e não havendo ou sendo exauridos os recursos administrativos, a adjudicação do objeto do presente certame será feita pela Autoridade Competente.

11.1.1. NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES ESTIMADOS PELO SAAE-JACAREÍ.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A(s) despesa(s) decorrente(s) da aquisição dos materiais correrão por conta do(s) recurso(s) consignado(s) na(s) seguinte(s) dotação(ões):

00062 | 030501 | 17.512.0011.2243 | 04 | 110.0000 | 3.3.90.40.99

030501 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

62 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ

100% RECURSOS PRÓPRIOS

13. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, será lavrado o contrato com a empresa adjudicatária, admitida a prorrogação nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2. A licitante considerada vencedora será convocada para, num prazo de 3 (três) dias úteis, firmar o contrato (ANEXO III), bem como o respectivo Termo de Ciência de Notificação (Anexo IV), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, aplicadas nos moldes do item 19 e seguintes deste edital

13.2.1. A formalização do Contrato dar-se-á nas dependências da **SAAE-JACAREÍ – UNIDADE DE LICITAÇÕES E COMPRAS, localizado na Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121 – Centro – Jacareí- SP, CEP 12.327-703**, nos termos do art. 90 da Lei Licitação.



13.2.2. A Administração deverá encaminhar o contrato para assinatura por meio eletrônico (**e-mail**), para que seja assinada no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.2.4. Será obrigatória a assinatura eletrônica do instrumento de contrato, a qual deverá se referir ao representante legal (pessoa física) indicado **conforme item 13.4 deste edital, nos termos do Decreto Municipal nº 98/2025 e suas atualizações.**

13.2.4.1. Para assinatura do instrumento contratual não será admitida a assinatura eletrônica em nome de pessoa jurídica.

13.3. Em caso de a convocada não assinar o contrato é facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas à primeira classificada.

13.3.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 13.3 deste edital, o pregoeiro poderá, observado o valor estimado para contratação:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.3.2. Frustradas todas as tentativas previstas nos itens 13.3 e 13.3.1, a administração poderá revogar a licitação.

13.3.3. Para as licitantes convocadas nas condições previstas nos itens 13.3 e 13.3.1 “a”, em caso de recusa, não se aplicam as sanções previstas no item 13.2 supra.

13.3.4. A contratação das demais convocadas fica vinculada à análise da documentação de habilitação contida no item 9 deste edital.

13.4. Caberá à licitante vencedora indicar seu representante legal, devidamente qualificado, com poderes para assinar o Contrato, sendo que a documentação comprobatória ficará arquivada nos autos do processo licitatório, no SAAE-Jacareí, podendo ser procuração, contrato social ou documento equivalente.

13.5. Quando da contratação, a licitante vencedora deverá manter todas as condições de qualificação apresentadas no processo licitatório.

13.6. Os reajustes se darão pela aplicação do INPC – IBGE (ou no caso de sua extinção, outro índice que vier por determinação do Governo Federal) e de acordo com a variação a partir de 01 (um) ano da data-base do orçamento estimado, conforme art. 25, parágrafo sétimo da lei 14.133/21, passando a vigorar no mês seguinte ao reajuste.

13.7. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor do **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE**, designado como Representante que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do



contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

14. PRAZO, EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. O objeto desta licitação será nos termos da especificação em Edital e Termo de Referência.

14.2. O objeto licitado será recebido e conferido pelo Setor Requisitante da seguinte maneira:

14.2.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, nos termos do art. 140, I, 'a' da Lei 14.133/21;

14.2.2. Definitivamente, nos termos do art. 140, I, 'b' da Lei 14.133/21, ressalvados os casos de incorreção no objeto ou no competente documento fiscal, quando interromper-se-á o prazo para a sua regularização.

14.3. Estando os materiais fornecidos em desacordo com as especificações e condições detalhadas no Edital de Pregão ou com o disposto no presente Contrato, a CONTRATADA deverá retirar do local onde se encontrarem armazenados, sob pena de configuração de inexecução das obrigações assumidas no presente ajuste, bem como realizar a correção pertinente, em prazo a ser fixado unilateralmente pela Contratante.

14.4. Os possíveis prejuízos causados com a entrega de produtos inadequados e, portanto, fora da regra de qualidade técnica, serão causas de acionamento.

14.5. O contrato gerado entre a Administração e a vencedora do certame, terá vigência a partir da emissão da Ordem de Serviço, pelo período de **36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.**

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. As despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação serão suportadas pela dotação orçamentária indicada no item 12 deste edital.

15.2. O valor do Contrato será aquele constante na classificação definitiva efetuada pelo Pregoeiro, fixo e irrevogável durante todo o cumprimento do objeto.

15.3. O pagamento referente ao item 1 (Implantação), será efetuado **em parcela única referente ao valor total, e do item 2 (Serviço contínuo) de forma mensal**, sendo ambos os pagamentos por meio de ordem bancária no prazo de **15 (quinze) DDL (dias direto líquido)**, contados a partir da data da entrega da Nota Fiscal no email: notafiscal@saaejacarei.sp.gov.br, através de depósito em conta corrente, preferencialmente em qualquer agência do BANCO DO BRASIL ou da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou através de Ficha de Compensação.

15.3.1. Para fins de cumprimento do disposto no [Decreto municipal 870/2023](#), as notas fiscais emitidas em razão do fornecimento de bens ou prestação de serviços à Administração direta ou indireta do município, deverão prever o destaque da retenção do imposto de renda, observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da [Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012](#).



15.3.1.1. Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda na fonte os pagamentos realizados a pessoas jurídicas por serviços e produtos elencados no artigo 4º, da [Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012](#), e alterações posteriores.

15.4. Os pagamentos serão efetuados obedecendo a estrita ordem cronológica de pagamentos, através de depósito em conta corrente, preferencialmente em qualquer agência do BANCO DO BRASIL S/A ou da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou através de Ficha de Compensação.

15.5. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa.

15.6. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a SAAE-JACAREÍ por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

16. EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O Contrato poderá ser extinto pela ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei 14.133/21.

16.2. A extinção poderá se dar de modo unilateral ou amigável, conforme decorra de inadimplemento das partes ou do interesse público, respeitadas suas consequências legais, nos moldes dos arts. 138 e 139 da Lei 14.133/21.

16.3. A extinção contratual não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Conforme disposição do [art. 90, § 5º da Lei 14.133/21](#), a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.2. Em conformidade ao disposto no [art. 155 da Lei 14.133/21](#), o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

17.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

17.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

17.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



17.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.2.12. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

17.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas supra as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3.1. A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 17.2.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.3.2. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 17.2 deste Edital, isolada ou cumulativamente com as demais sanções previstas.

17.3.3. A sanção de Impedimento de Licitar e Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.2.2 à 17.2.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.3.4. A sanção de Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.2.8 a 17.2.12, bem como às infrações previstas nos itens 17.2.2 à 17.2.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a de Impedimento de Licitar e Contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.4. Nos termos do [art. 162 da Lei 14.133/21](#), o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato, sujeitando-se à seguinte penalidade:

17.4.1. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços.

17.4.2. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e consequentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração;



17.4.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital, conforme [art. 162, p. único da Lei 14.133/2021](#).

17.5. Na aplicação das sanções previstas neste edital será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

17.6. Sem prejuízo das sanções estabelecidas no item 17.3, as multas aplicadas à CONTRATADA poderão ser descontadas do primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros, pela diferença, se houver ou deverão ser pagas no prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis da data da sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial, descontado os valores de faturas pendentes.

17.7. Não sendo pagas as multas no prazo previsto no item anterior, haverá a incidência de juros de mora, nos termos estabelecidos no [artigo 406 do Código Civil](#).

17.8. Em caso de aplicação de multa e o não pagamento da mesma por descumprimento das cláusulas previstas neste edital, o instrumento contratual poderá ser levado a protesto, independentemente da aplicação de outras penalidades.

18. DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Considera-se transcrito para o presente edital a [Lei nº 12.846/2013](#) (Lei Anticorrupção), em especial o teor de seu [Art. 5º](#), que trata dos atos lesivos à Administração Pública.

19. DA LEI 13.709/2018 – LGPD

19.1. A Administração se compromete a tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei Federal n. 13.709/2018](#)), sem prejuízo da Publicidade e Transparência, no que couber.

19.2. A(s) Licitante(s) Vencedora(s) se obriga(m) a observar(em) as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#)) em relação aos dados pessoais aos quais tiver(em) acesso em decorrência do presente edital, respeitando a privacidade, inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, dentre outros, tratando-os exclusivamente para os fins necessários à execução do presente instrumento.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Esta licitação poderá ser revogada por interesse do SAAE-JACAREÍ, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à licitante tenha direito a qualquer indenização.

20.2. Qualquer modificação no presente edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

20.3. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



20.4. NÃO será admitida, sob qualquer hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto deste Pregão Eletrônico, sem previa e expressa autorização da CONTRATANTE, nos termos do item 7.22 do termo de referência.

20.5. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente edital, o lance é considerado proposta de preços.

20.6. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da SAAE-JACAREÍ, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. A participação na presente licitação, por meio da apresentação de proposta na forma especificada no presente Edital, não propiciará à licitante vantagem, remuneração, ou indenização a qualquer título.

20.8. O edital e seus anexos, além de poderem ser lidos e retirados através da internet no site pncp.gov.br ou saaejacarei.sp.gov.br, poderão também ser obtidos na Sede do **SAAE-JACAREÍ – UNIDADE DE LICITAÇÕES E COMPRAS, localizado na Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121 – Centro – Jacareí- SP, CEP 12.327-703**, no horário de 08h30 às 16h30.

20.9. Para conhecimento do público expede-se o presente edital no site pncp.gov.br, publicado integralmente também em saaejacarei.sp.gov.br e que, em resumo, será publicado no Boletim Oficial do Município de Jacareí, no Diário Oficial do Estado de São Paulo – Prodesp e em Jornal de grande circulação no estado de São Paulo, bem como no mural do prédio administrativo do SAAE.

20.10. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o de Jacareí / SP.

20.11. Conforme [Artigo 5º da lei 12.527/2011](#): “É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”, a todo interessado em cópias deste ajuste, o qual poderá solicitar por escrito, inclusive em forma de e-mail, à Unidade de Contratos e Convênios, que providenciará envio das mesmas em forma digital, também por e-mail.

20.12. Caso o interessado necessite de cópias na forma física, ou seja, cópia reprográfica, deverá solicitar através de protocolo no balcão de atendimento do SAAE-Jacareí, sito à Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121 – Centro – Jacareí - SP.

20.13. O valor a ser cobrado será o constante no site https://www.saaejacarei.sp.gov.br/pagina/323_Tabela-de-servicos.html.

Jacareí, 29 de janeiro de 2026

CARLOS FELIPE SEPINHO APPARECIDO
Presidente do SAAE-Jacareí



**ANEXO I PREÇO DE REFERÊNCIA, PLANILHA DE CUSTO E TERMO DE REFERÊNCIA
DOS DADOS DA SOLICITANTE**

ÓRGÃO: UASG - 926641

LOCALIZAÇÃO: *Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121 – Centro – Jacareí- SP, CEP 12.327-703*

PREÇO DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - Contratação de empresa especializada para locação de solução integrada para gerenciamento eletrônico de frequência, com equipamentos, software e suporte técnico	R\$ 63.177,95

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO CUSTO

Item	Descrição dos Serviços	Quant.	Valor Unitário	Valor Mensal	Meses	Valor Total
1	Implantação, Instalação, Configuração, Integração de dados, Testes do Sistema e Treinamento	11	R\$ 342,34	R\$ 3.765,74	1	R\$ 3.765,74
Item	Descrição dos Serviços	Quant.	Valor Unitário	Valor Mensal	Meses	Valor Total
2	Prestação de serviços de solução integrada para gerenciamento eletrônico de assiduidade com reconhecimento facial, contendo equipamentos, software de gerenciamento, configuração, treinamento e suporte técnico	11	R\$ 491,01	R\$ 5.401,11	11	R\$ 59.412,21
VALOR TOTAL: R\$ 63.177,95						

Fonte: Pesquisa de preços nos parâmetros da Lei 14.133/21

Data-base do orçamento: janeiro de 2026

NÃO SERÁ ADJUDICADO ITEM COM VALOR UNITÁRIO OU TOTAL ACIMA DO ESTIMADO PELO SAAE-JACAREÍ.

PRAZO DE ENTREGA DO ITEM 1

30 (TRINTA) DIAS

TEMPO DE FORNECIMENTO DO ITEM 2

11 (ONZE) MESES, podendo ser prorrogado

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:

15 (quinze) DDL (dias direto liquido).

VALIDADE DA PROPOSTA:

90 (noventa) DIAS



A Nota Fiscal deverá ser emitida para:

SAAE – SERV. AUTON. ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ ECA: CNPJ: 48.962.625/0003-22 - IE: 392.165.760.117 Rua Aparício Lorena, nº 120, Jd. Liberdade – Jacareí – SP - CEP: 12327-460

A Nota Fiscal eletrônica deverá ser encaminhada para o e-mail:

notafiscal@saejacarei.sp.gov.br

joyce.cordeiro@saejacarei.sp.gov.br

tatiane.aprobato@saejacarei.sp.gov.br



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Contratação de empresa especializada para locação de solução integrada para gerenciamento eletrônico de assiduidade com reconhecimento facial, contendo equipamentos, software de gestão de ponto (web/cloud computing), instalação, configuração, integração de dados, treinamento e suporte técnico a fim de atender a demanda do SAAE- Jacareí.

2. ÁREA REQUISITANTE

Unidade de Tecnologia da Informação.

3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

- Promover e garantir a segurança das informações e sigilo no tratamento de dados pessoais, seguindo as normas regidas pela Lei nº 13709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Dados Pessoais - LGPD).
- Normas vigentes na Portaria nº 671/2021 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Necessidade de prover e atualizar continuamente os recursos e ferramentas de Tecnologia da Informação;
- Aperfeiçoar o sistema de registro de ponto garantindo a integridade, autenticidade e rastreabilidade das informações ligada a vida funcional dos servidores;
- Mitigar possíveis riscos, danos ou indisponibilidade da prestação de serviços decorrentes de problemas técnicos e/ou de segurança nos equipamentos;

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação está alinhada ao Plano de Contratações Anual da Autarquia, visando modernizar os sistemas de controle de acesso físico, substituindo soluções anteriores baseadas em biometria digital por tecnologia atualizada de identificação facial, conforme diretrizes de segurança, confiabilidade e eficiência operacional.

Atualmente, o controle de acesso físico da Autarquia é realizado por meio de equipamentos biométricos de leitura digital, tecnologia que apresenta limitações como:

- dificuldades de leitura para usuários com desgaste digital;
- maior tempo médio de identificação;
- falhas de autenticação decorrentes de óleo, sujeira ou umidade no sensor;
- manutenção recorrente por desgaste mecânico do leitor.



Diante disso, a necessidade do SAAE- Jacareí consiste em substituir os atuais pontos de controle biométrico por equipamentos de identificação facial, garantindo:

- maior precisão na autenticação;
- eliminação do contato físico com o equipamento;
- otimização do fluxo de entrada dos servidores;
- integração segura com o sistema já utilizado pela Autarquia;
- redução de falhas e chamados de manutenção.

A modernização atende especialmente às demandas crescentes de segurança, auditoria e conformidade com normas internas e externas da autarquia.

5. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO

Foi previsto pela Unidade de Tecnologia da Informação o objeto disposto neste ETP para o Plano de Contratação Anual de 2026 do SAAE Jacareí; item nº 4070 - Contratação de empresa especializada para locação de solução integrada para gerenciamento eletrônico de assiduidade, contendo equipamentos, software de gerenciamento, instalação, configuração, integração de dados, treinamento e suporte técnico a fim de atender a demanda do SAAE- Jacareí.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a implementação de uma solução tecnológica completa e integrada para o controle de frequência dos servidores públicos da SAAE Jacareí, por meio da locação de relógios de ponto com reconhecimento facial, homologados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em conformidade com a Portaria nº 671/2021.

A solução a ser contratada por meio pregão eletrônico, deverá prever o fornecimento, instalação, implantação, parametrização e configuração local dos equipamentos, com orientação e treinamento para o "start-up", bem como manutenção, suporte e assistência técnica.

Todo o sistema deverá estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), garantindo a segurança e a privacidade das informações coletadas.

As especificações tecnológicas devem atender aos seguintes requisitos técnicos e funcionais mínimos:

6.1. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS EQUIPAMENTOS

- Equipamento com tecnologia de reconhecimento facial de alta precisão, garantindo segurança, confiabilidade e autenticidade na identificação dos servidores, impedindo marcações indevidas ou por terceiros;
- Equipamento homologado de acordo com as exigências do Ministério do Trabalho e Emprego, em conformidade com a Portaria nº 671/2021;



- Ser inviolável;
- Identificação por reconhecimento facial com precisão mínima de 100% e tempo médio de reconhecimento inferior a 1 segundo;
- Capacidade mínima para cadastro de 1.000 faces individuais, garantindo o atendimento ao quantitativo total de servidores;
- Ter no mínimo 2 duas câmeras HD 1080p (luz visível e luz infravermelha);
- Possibilidade de configuração de distância para o reconhecimento da face;
- Possuir mecanismos de detecção de vida (liveness detection), sendo capaz de rejeitar tentativas de registro por meio de fotos, vídeos ou máscaras;
- Comunicação via Ethernet e Wi-Fi, com criptografia de dados que assegure a confidencialidade das informações transmitidas;
- Sistema de notificação automática de desconexão, que informe o setor responsável sempre que o equipamento estiver sem comunicação;
- Interface compatível com as normas de acessibilidade, permitindo uso por todos os servidores, inclusive pessoas com deficiência;
- Compatibilidade com o software de gestão pública da entidade, por meio de API ou WebService ou arquivo de importação, permitindo fluxo bidirecional de informações;
- Atualizações automáticas de firmware e software, executadas em segundo plano, assegurando correções, melhorias de desempenho e segurança cibernética contínua;
- Possuir no mínimo 01 porta USB externas nativas, identificada e protegida contra acessos indevidos, de fácil utilização, com proteção de acesso e danos elétricos. Esta porta USB deverá permitir a utilização de pen drive universal e não proprietário, sendo uma porta fiscal para captura dos dados armazenados na MRP (Memória de Registro de Ponto) exclusiva para o Auditor Fiscal do Trabalho e/ou recolhimento dos registros de ponto e caso de problema com o equipamento;
- Memória MRP (Memória de Registro de Ponto) para armazenamento das marcações de ponto;
- Capacidade de armazenamento da MRP de no mínimo 500.000 de registros, devidamente homologadas no TEM;
- O equipamento deve ser entregue lacrado, de forma a bloquear o acesso às memórias do equipamento, para que ninguém tenha acesso a parte interna do equipamento;
- Marcações são registradas permanentemente na memória, permitindo que sejam recuperadas em caso de perda de dados;
- Display LCD TFT colorido de 3.5" (320x480) com tela capacitiva sensível ao toque;
- Possuir display de LCD gráfico com retroiluminação, para fornecer ao usuário as informações de data e hora, além de informações e mensagens decorrentes da utilização do relógio;
- Teclado integrado;



- O equipamento deverá possuir ícone de comunicação no display para indicação do status da comunicação TCP/IP do equipamento;
- Deve apresentar o nome do funcionário no display no momento da marcação do ponto;
- Deve possibilitar o registro de ponto por matrícula e senha;
- Possuir dispositivo para sinalização sonora e luminosa para interação com o usuário no momento da marcação do ponto;
- O equipamento deverá possuir pictograma, que exibe um LED com cor para quando ocorre um registro ou função operada com sucesso, e outra cor distinta quando determinado registro ou função é negado;
- Possuir sinalização sonora orientativa ao usuário para sinalização com som diferente identificando o sucesso ou não da marcação do ponto;
- Possuir status de violação e sensor informando no display quando o gabinete do equipamento for violado;
- Deve ser possível através do teclado realizar no mínimo as operações de acesso com senha usuário administrador, digitação de matrícula e parametrização de rede de dados IP fixo;
- Deve possuir Interface de comunicação ethernet de 10/100 Mbps nativa utilizando protocolo "TCP/IP"; com possibilidade de configuração de endereço IP, máscara e gateway do equipamento;
- Deve possuir informação no Display quando o equipamento está conectado em Rede;
- Possuir sistema de lacre, que permite a manutenção em campo somente por técnicos autorizados e homologados pelo fabricante do equipamento.
- Permitir programar na memória do equipamento: Razão Social da empresa, CPF/CNPJ, CEI e o endereço do empregador;
- Possuir sistema de detecção que bloqueia o funcionamento do equipamento em caso de tentativa de violação;
- Possui bateria interna que mantém a data e horário ajustado por no mínimo 7 dias na falta de energia elétrica;
- Disponibilizar uma relação instantânea de marcações de ponto efetuadas nas últimas 24 horas através de qualquer tecla do teclado;
- Os relatórios deverão ter opção de geração em tela, em arquivo CSV, TXT e PDF ou emitidos em impressora com diferentes critérios de ordenação dos campos.
- Não deve restringir a marcação de ponto dos usuários;
- Acesso a programação do equipamento mediante senha;
- Possuir assinatura digital em todos os documentos fiscais emitidos pelo equipamento;
- Possuir sistema de lacre/fechamento na USB para proteção a poeira;
- Fixável em parede;
- Deve ser fornecido com fonte interna de Alimentação de 90vac a 230vac;



- O equipamento deve ser compatível e integrado ao software de controle de ponto fornecido, com a comprovação dessa integração por meio de declaração do fabricante, confirmando a comunicação direta com o software de tratamento de ponto, utilizando modo cliente (IP Servidor).

6.2. SOFTWARE DE TRATAMENTO E GESTÃO DE PONTO ELETRÔNICO

- A contratada deverá disponibilizar software de comunicação para coleta dos registros dos de todos os relógios de pontos;
- O software deverá possuir interface simples, intuitiva e segura;
- Possuir backup diário automático de todas as informações, responsabilidade da contratada;
- Efetuar a coleta automática das marcações de pontos dos relógios;
- Controlar, no mínimo, 8 (oito) marcações de horários por dia;
- As marcações de ponto (entradas, saídas e intervalos) deverão ser alimentadas diretamente pelo sistema, podendo ser realizadas por coletores de dados externos ou registradores de ponto online, conforme as disposições da Portaria nº 671/2021 do MTE;
- O sistema deve permitir a digitação posterior de informações pelo operador, conforme as regras estabelecidas pela legislação do MTE, para correção ou ajustes de marcações;
- O sistema deverá possuir funcionalidade para importação de cadastros via arquivo texto ou CSV, além de permitir importações através de WebServices;
- Efetuar a coleta manual dos registros do relógio via TCP/IP e arquivo de texto;
- Permitir o envio de comandos para inclusão ou exclusão (funcionários, imagens, data/hora);
- Permitir a importação de funcionários, nomes e matrículas em formato txt;
- Permitir a exportação das marcações via arquivo txt;
- Permitir a exportação para o sistema de tratamento de ponto vigente na Autarquia com layout configurável para se adequar a necessidade do SAAE;
- O sistema a ser adquirido deverá dispor de todas as funcionalidades desde o gerenciamento de apontamentos e controle de frequência até a integração e personalização com os sistemas de Gestão de Pessoas do SAAE. O fornecimento também deve incluir capacitação de pessoal, bem como manutenções preventivas e corretivas necessárias;
- O software deverá ser 100% compatível para comunicação direta com os Registradores de Ponto Eletrônico fornecidos;
- A solução deverá possuir registro no INPI, com a documentação comprobatória a ser fornecida junto à proposta;
- O software deverá ser hospedado em ambiente de nuvem, sendo que o provedor de serviços deverá possuir a certificação ISO/IEC 27001, com comprovação a ser fornecida junto à proposta;



- O acesso ao sistema deverá ser integralmente via web (nuvem), com suporte a múltiplos dispositivos e navegadores;
- O acesso ao sistema deverá ser compatível com os protocolos HTTP e HTTPS, garantindo segurança e confiabilidade na comunicação;
- A responsabilidade pela hospedagem e infraestrutura necessária para o funcionamento do sistema ficará a cargo da CONTRATADA, que deverá prover toda a infraestrutura de hardware e software necessária;
- Geração de relatórios gerenciais completos, com dados sobre frequência, atrasos, faltas e de horas extras, permitindo a exportação em diversos formatos compatíveis com a gestão administrativa e auditorias internas;
- O software deverá ser capaz de gerenciar todos os equipamentos e 1000 usuários, com operação baseada em tecnologia de nuvem (cloud computing), sem a necessidade de softwares intermediários;
- O sistema deverá possuir um log de auditoria detalhado, contendo informações como data e hora, usuário, ação realizada e valores alterados;
- O sistema deverá registrar o histórico de alterações em parâmetros de configuração, permitindo a rastreabilidade das mudanças feitas.
- O software deverá permitir a administração de escalas de trabalho, incluindo a possibilidade de revezamento, controle de turmas e gerenciamento de feriados, com flexibilidade para adaptação às necessidades locais.

6.3. MODULO CADASTRADOR FACIAL

- A CONTRATADA deverá fornecer 1 (uma) webcam para contratante a ser instalada na Unidade de Gestão de Pessoas para capturar/cadastrar a imagem facial dos servidores do SAAE no local;
- A webcam deve ter no mínimo resolução Full HD 1080p com lente de vidro full HD;
- Resolução de 2MP
- Foco automático
- Tipo de condução: Plug and play sem driver
- Tipo de interface: USB2.0
- Cabo de no mínimo 1,5m.
- Ser compatível com o software de tratamento e gestão de ponto eletrônico.

6.4. SUPORTE

- A contratada deverá prestar serviços de manutenção preventiva trimestral com revisão em todos os 11 (onze) relógios instalados no SAAE;



- A contratada deverá prestar serviços de manutenção tanto nos relógios como no software de gerenciamento/tratamento de frequência e, se necessário, no módulo cadastrador facial;
- A contratada deverá prestar serviços de manutenção corretiva e adaptativa incluídos durante toda a vigência contratual, garantindo a disponibilidade e o pleno funcionamento do sistema e dos equipamentos, com substituição de equipamentos imediata (48 horas) em caso de falhas.
- Deverá estar incluso, quando necessário, a substituição de peças ou do equipamento;
- Suporte técnico especializado, remoto e presencial, disponível conforme necessidade da autarquia, assegurando o pronto atendimento de ocorrências técnicas e operacionais, sem ônus.
- Todas as manutenções deverão ser agendadas previamente com até 24 horas de antecedência e impreterivelmente serão acompanhadas de um servidor do SAAE Jacareí;
- Toda manutenção do sistema web deverá ser realizada entre 00h e 06h, preferencialmente aos finais de semana, a fim de minimizar impactos nas operações da CONTRATANTE;
- Fica estabelecido que a manutenção envolve a responsabilidade da CONTRATADA em manter o sistema funcionando de acordo com as especificações, sendo sua obrigação corrigir qualquer falha no sistema originada por erro, defeito ou mau funcionamento.

6.5. TREINAMENTO

- A CONTRATADA deverá realizar em até 25 (vinte e cinco) dias após a emissão da Ordem de Serviço, um treinamento sobre o funcionamento do equipamento, para até 10 usuários indicados pelo SAAE Jacareí;
- A CONTRATADA deverá ministrar treinamento relativo à capacitação para gestores de Recursos Humanos, com carga horária de no máximo 8 horas, podendo ser dividido em até 2 dias;
- Treinamento para os profissionais da Contratante na gestão do sistema, com carga horária de até 4 horas para sanar dúvidas após a implantação;
- O treinamento será realizado nas dependências da CONTRATANTE, após os testes e ativação do sistema, e antes de sua entrega definitiva em operação à CONTRATANTE;
- O treinamento deverá ser realizado no horário proposto pela CONTRATANTE e deverá ser presencial;
- O conteúdo programático do treinamento deverá ser apresentado e aprovado previamente em conjunto com a equipe da CONTRATANTE, contendo no mínimo:
- Manual do modelo do relógio
- Operações básicas no relógio
- Introdução do software de gestão
- Treinamento teórico e prático na gestão do software
- Espaço para esclarecimento de dúvidas



- Todo o material fornecido durante o treinamento é de responsabilidade da contratada;
- O treinamento será obrigatoriamente ministrado por profissionais certificados na solução ofertada para a CONTRATANTE, que tenha atuado diretamente na condução e solução de problemas e que possuam experiência em treinamentos desta natureza e pleno conhecimento do produto;
- As despesas com instrutor, inclusive as relativas a transporte, estadia e alimentação, serão de responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus adicional;

6.6. INSTALAÇÃO E TESTES:

- O prazo de entrega, instalação e testes dos equipamentos necessários constantes na tabela presente no item 3.7, deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da Ordem de Serviço;
- A instalação do equipamento deve observar as exigências do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), conforme normas vigentes aplicáveis;
- O transporte de materiais, equipamentos, pessoal, correrá por conta da CONTRATADA;
- O software deverá ser implantado e testado pela contratada e aprovado pelo contratante em até 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da Ordem de Serviço;
- O módulo de captura de reconhecimento facial (Webcam) também deverá ser instalado e testado pela contratada e aprovado pelo contratante em até 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da Ordem de Serviço.

6.7. LOCAL DE INSTALAÇÃO:

Os equipamentos serão instalados nos locais indicados:

- Rua Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro
- Rua Aparício Lorena, 120 - Jardim Liberdade
- Rua Antunes da Costa, 200 - Centro
- Av. Egidio Antônio Coimbra nº 436 – Parque dos Sinos
- Av. Malek Assad – Altura nº 700 – Jd. Santa Maria
- Rua Antônio Afonso, 484 - Centro
- Estr. Municipal João Honorato nº 201 – São Silvestre

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

A quantidade a ser contratada foi estimada considerando o contrato anterior deste mesmo objeto, a quantidade de prédios SAAE Jacareí e a quantidade de distribuídos em cada um desses locais. O objeto contratado trata-se de um serviço comum cuja contratação, de caráter continuado, deverá ter a duração inicial de 36 meses podendo ser prorrogado até completar 60 meses.



ITEM	ENDEREÇO	QUANTIDADE
1	Rua Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro	4
2	Rua Aparício Lorena, 120 - Jardim Liberdade	2
3	Rua Antunes da Costa, 200 - Centro	1
4	Av. Egídio Antônio Coimbra nº 436 – Parque dos Sinos	1
5	Av. Malek Assad – Altura nº 700 – Jd. Santa Maria	1
6	Rua Antônio Afonso, 484 - Centro	1
7	Estr. Municipal João Honorato nº 201 – São Silvestre	1
TOTAL		11

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em decorrência aos frequentes avanços tecnológicos e principalmente os diferentes regimes de trabalho nas empresas, o mercado dos relógios de ponto tem oferecido uma ampla variedade de soluções voltadas ao controle de jornada de trabalho. De forma geral, essas soluções podem ser classificadas de acordo com a tecnologia de identificação utilizada e com o formato de operação, que pode ser físico, digital ou híbrido.

Os **relógios de ponto eletrônicos (REP)** continuam sendo a base do mercado, especialmente no Brasil, por atenderem às exigências legais do Ministério do Trabalho. Esses equipamentos registram as marcações de entrada, saída e intervalos, armazenando as informações de forma segura e, em muitos casos, emitindo comprovante para o colaborador. Dentro dessa categoria, existem diferentes métodos de identificação.

Uma das tecnologias mais tradicionais é o **ponto por cartão ou RFID**, no qual o colaborador utiliza um cartão magnético ou de proximidade para registrar o ponto. Essa opção é simples, de baixo custo e fácil de operar, porém apresenta menor nível de segurança, pois o cartão pode ser emprestado ou utilizado por terceiros, o que abre espaço para fraudes.

O **relógio de ponto biométrico**, especialmente por impressão digital, é uma das soluções mais difundidas atualmente. Ele utiliza a biometria (impressão digital) do colaborador para realizar a identificação, reduzindo significativamente fraudes e registros indevidos. Alguns modelos mais avançados também utilizam leitura da palma da mão. Apesar de oferecer alta segurança, a biometria pode sofrer limitações em ambientes onde há sujeira, umidade ou desgaste das digitais, como em indústrias e obras.



Nos últimos anos, o **relógio de ponto com reconhecimento facial** ganhou destaque no mercado. Essa tecnologia utiliza câmeras e algoritmos de reconhecimento para identificar o colaborador sem a necessidade de contato físico. Entre as principais vantagens estão a praticidade, a rapidez e a maior higiene, o que se tornou especialmente relevante após a pandemia.

Além dos equipamentos físicos, cresce de forma acelerada o uso do **ponto digital ou online**, que funciona por meio de softwares, plataformas web ou aplicativos móveis. Nesse modelo, o colaborador pode registrar o ponto pelo celular, computador ou tablet, muitas vezes com recursos adicionais como geolocalização, reconhecimento facial via câmera do dispositivo e integração com sistemas de RH. Essa solução é especialmente indicada para empresas com equipes externas, trabalho remoto ou modelo híbrido.

De modo geral, as empresas têm buscado soluções cada vez mais integradas, que combinem diferentes tecnologias de identificação em um único sistema, como biometria, reconhecimento facial, cartão e senha, além de conexão em nuvem. A integração com sistemas de folha de pagamento, controle de banco de horas e relatórios gerenciais também se tornou um fator decisivo na escolha do relógio de ponto.

Como tendência de mercado, observa-se a migração de soluções puramente mecânicas ou manuais para sistemas eletrônicos e digitais mais inteligentes, com foco em segurança, redução de fraudes, automação de processos e melhor experiência para gestores e colaboradores. Assim, a escolha do relógio de ponto ideal depende do porte da empresa, do perfil da operação, das exigências legais e do nível de controle e flexibilidade desejado.

Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outras entidades públicas, por meio de consultas a editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades do SAAE Jacareí, e as melhores que foram identificadas foram incorporadas nesta contratação em análise.

ORGÃOS PÚBLICOS QUE TRABALHAM COM ESTE TIPO DE FORNECIMENTO

- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – Pregão Eletrônico nº 90004/2025.
Objeto: Contratação em regime de locação, de solução completa de controle de acesso por meio de catraca eletrônica com abertura automática, integrada ao sistema com reconhecimento facial, incluindo o fornecimento, instalação, configuração, software, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, por um período de 36 (trinta e seis) meses.).
Data: 04/12/2025
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – Pregão Eletrônico nº 049/2025
Objeto: Locação de 20 relógios eletrônicos de ponto com tecnologia de reconhecimento facial (com prova de vida) e crachá, incluindo cessão de uso de software de gerenciamento de ponto, instalação, manutenção e suporte técnico.



Data: 15/08/2025

- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Pregão Eletrônico nº 2/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para o serviço contínuo de locação de 5 (cinco) relógios de ponto de biometria facial para gerenciamento de até 1.000 (mil) colaboradores com licença de software de gerenciamento/monitoramento dos relógios de ponto
Data: 25/04/2025

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Esta etapa é de responsabilidade da Unidade de Compras e Licitações que obteve a seguinte média dos orçamentos;

Item	Valor Único
Implantação/treinamento	R\$3.000,00

Item	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
Relógio de Ponto com reconhecimento fácil, software/integração com sistema de ponto e suporte técnico durante toda vigência do contrato.	R\$528,74	R\$ 5.816,14	R\$ 69.793,68

TOTAL	R\$ 72.793,68
--------------	----------------------

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 10.1. A empresa contratada deverá fornecer, conforme as especificações e quantitativos constantes neste Estudo Técnico Preliminar os equipamentos, sendo que esses deverão ser novos e sem uso anterior. Deverá prover serviços necessários à instalação e manutenção dos equipamentos, não serão aceitos equipamentos com produção descontinuada comprovado através de documentos emitidos pelo fabricante dos equipamentos ou através de nota fiscal e entregues na caixa original do fabricante;
- 10.2. Os equipamentos que compõe a Solução devem todos ser compatíveis uns com os outros e, se possível, produzidos pelo mesmo fabricante;
- 10.3. O software deve apresentar funcionamento pleno;
- 10.4. A contratação do objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal integralmente da Lei nº. 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis a este evento e nas condições exigências descritas no Edital e nas demais prescrições legais aplicáveis ao assunto;
- 10.5. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e



- dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória;
- 10.6. Realizar a manutenção dos equipamentos e retirada das peças com defeitos, promover a substituição das mesmas e, se necessário, efetuar a substituição do equipamento;
- 10.7. Atender chamados remotos e presenciais, relacionados inclusive ao sistema/aplicativo/api ligadas ao gerenciamento do ponto.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A solução apresentada visa a contratação de empresa especializada para locação de solução integrada para gerenciamento eletrônico de assiduidade com reconhecimento facial, contendo equipamentos, software de gerenciamento, instalação, configuração, integração de dados, treinamento e suporte técnico a fim de atender a demanda do SAAE- Jacareí. Desta forma, verifica-se que são itens que se articulam numa mesma solução que compartilha a mesma estrutura geral para funcionamento básico, logo, ao adquirir todos os componentes de um único fabricante é possível garantir a compatibilidade e funcionamento do conjunto, assim como a exclusão do fator de compatibilidade durante a prestação de serviços de assistência e suporte aos usuários.

O fracionamento desta contratação comprometeria a eficiência, a qualidade e a operacionalidade da solução, uma vez que o sistema exige integração plena entre hardware, dois softwares e suporte técnico, além do treinamento com base na solução implantada.

O parcelamento poderia gerar prejuízos à economicidade, devido ao aumento de custos administrativos, técnicos e logísticos, além de potencializar riscos contratuais.

Diante disso, a solução de parcelamento não é viável tecnicamente, economicamente e nem operacionalmente. A contratação do serviço de forma unificada, atende aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e responsabilidade administrativa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação de empresa especializada para locação de solução integrada para gerenciamento eletrônico de assiduidade com reconhecimento facial, contendo equipamentos, software de gerenciamento, instalação, configuração, integração de dados, treinamento e suporte técnico permitirá ao SAAE utilizar seus recursos para modernizar sistema de gestão de pessoas.

Os resultados pretendidos envolvem ganhos operacionais, legais e gerenciais. Como reduzir fraudes e inconsistências, aumentar a confiabilidade do controle de jornada, continuar atendendo as exigências legais e reduzir riscos trabalhistas.



Logo, a locação dessa solução integrada potencializará uma abordagem prática e vantajosa para a Unidade de Gestão e Pessoas com apoio da área de TI, com mais controle, segurança, transparência e eficiência, garantindo que o tempo registrado reflita a real jornada de trabalho, com menor risco legal e melhor gestão.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A escolha dos relógios de ponto com reconhecimento fácil foi realizada devido a análise de configuração dos relógios de ponto biométrico que já existem na praça tecnologia da Autarquia, considerando o que deveria ser melhorado e o poderia ser mantido.

Além disso, todas as características mínimas solicitadas consideram a integração com os sistemas já implementados no SAAE. Os novos dispositivos serão configurados para suportar nos mesmos locais dos atualmente utilizados, facilitando assim a transição para os novos equipamentos sem a necessidade de novos pontos de rede e elétrica.

Isso resultará em uma transição com menos impacto para o SAAE na parte operacional.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Como o software de tratamento de registros de pontos está diretamente ligado ao software de gestão de ponto eletrônico, temos uma contratação correlata com a empresa EMBRAS – Empresa Brasileira de Sistemas, atual fornecedora do sistema de gestão pública da autarquia.

Além disso, temos uma contratação interdependente que é o fornecimento de internet que está diretamente ligada a todos os relógios de ponto para capturar os dados e alimentar os sistemas de ponto eletrônico.

15. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

A redução do impacto ambiental na prestação do serviço tem ligação direta a critérios de sustentabilidade como a eliminação do papel com relógios de ponto em rede que eliminam a necessidade de comprovantes em papel, reduzindo o consumo e custos, e são homologados para isso (REP-C).

Tanto a empresa vencedora do certame como a fabricante dos equipamentos devem estar de acordo com as boas práticas empresariais de sustentabilidade ambiental e social, bem como as legislações vigentes. Assim como, optar por equipamentos com uso de tecnologia confiável homologados pelo INMETRO e Portaria MTP 671/2021, garantindo assim o controle preciso, evitando fraudes e retrabalho, alinhando-se a práticas ESG (Ambiental, Social e Governança).

Ou seja, garantir o cumprimento dos Critérios de Sustentabilidade de acordo com o Manual de Licitações sustentáveis AGU/CGU, aplicar, no que couber, o artigo 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e também o “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, respeitar as Normas



Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e além disso, prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Tendo em vista a necessidade apresentada, a autarquia realizou os procedimentos inerentes ao Estudo Técnico Preliminar para que, a partir dos resultados encontrados, fosse possível a tomada de decisão mais adequada para este procedimento de contratação.

Desta forma, os estudos preliminares evidenciaram que a contratação de empresa especializada para locação de solução integrada para gerenciamento eletrônico de assiduidade com reconhecimento facial, contendo equipamentos, software de gerenciamento, instalação, configuração, integração de dados, treinamento e suporte técnico a fim de atender a demanda da Autarquia, mostra-se possível tecnicamente e é necessária para otimizar o trabalho prestado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jacareí. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

JOYCE DA SILVA Assinado de forma digital
CORDEIRO:39142275830 por JOYCE DA SILVA
2275830 Dados: 2026.01.29
15:39:59 -03'00'

Joyce da Silva Cordeiro

Supervisora da Unidade de Tecnologia da Informação

ERIC DOS SANTOS Assinado de forma digital por
BURGOMEISTER:4 ERIC DOS SANTOS
1910943860 BURGOMEISTER:4 1910943860
Dados: 2026.01.29 16:04:14
-03'00'

Eric dos Santos Burgomeister

Diretor Departamento Administrativo



TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para locação de solução integrada para gerenciamento eletrônico de assiduidade com reconhecimento facial, contendo equipamentos, software de gestão de ponto (web/cloud computing), instalação, configuração, integração de dados, treinamento e suporte técnico a fim de atender a demanda do SAAE- Jacareí.
- 1.2. Natureza: Aquisição de serviço de tecnologia da Informação.
- 1.3. Quantitativo: 11 (onze) relógios de ponto.
- 1.4. O prazo de vigência do Contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da Emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado até completar 60 meses.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de uma empresa para locação de relógios de ponto eletrônico para o SAAE se faz necessária visto que o contrato que compreende este objeto será encerrado ao alcançar o tempo máximo de vigência nos próximos meses. Além disso, é de conhecimento que empresas com mais de 20 funcionários são obrigadas por lei a controlar a jornada de trabalho, e o ponto eletrônico é a forma mais eficaz de fazer isso.

O método atualmente utilizado para o registro de ponto no SAAE funciona através do cadastro inicial da biometria do servidor público no aparelho, que depois verifica essa característica a cada marcação e armazena o horário para análise posterior, garantindo conformidade legal e automatizando o controle de ponto para a Unidade de Gestão de Pessoa. Apesar de funcional, a biometria ainda não atinge 100% dos servidores, visto que no setor operacional muitos servidores apresentam desgaste natural da digital. O SAAE Jacareí, comprometido com a constante modernização e otimização da gestão de seus recursos humanos, identifica a necessidade de aprimorar o sistema de controle de frequência de seus servidores com a utilização de relógios de ponto com reconhecimento facial.

A modernização do sistema de controle de ponto, por meio de relógios de ponto com reconhecimento facial, representa um investimento estratégico para o SAAE, uma vez que atenderá todos os servidores públicos da Autarquia, permitirá registro automatizado e auditável das entradas, saídas e intervalos, garantindo a integridade, autenticidade e rastreabilidade das informações, em conformidade com a Portaria nº 671/2021 e normas vigentes do Ministério do Trabalho (MTE) e com as melhores práticas de controle de frequência no serviço público.

A modalidade de locação foi escolhida visto que assegura flexibilidade operacional, cobertura completa das diversas unidades do SAAE Jacareí, suporte técnico contínuo e manutenção corretiva e adaptativa durante toda a vigência do contrato.

Por fim, ressaltamos que a contratação é imprescindível para atender as demandas internas com eficiência e modernidade. Visando a racionalização administrativa e a economicidade, além de atender a política de “menos papel” não será necessário fornecimento de bobinas para



impressão dos registros, uma vez que todos os registros dos servidores ficarão disponíveis para consulta no portal online de cada agente.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A presente contratação tem por objeto a implementação de uma solução tecnológica completa e integrada para o controle de frequência dos servidores públicos da SAAE Jacareí, por meio da locação de relógios de ponto com reconhecimento facial, homologados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em conformidade com a Portaria nº 671/2021.

A solução a ser contratada por meio pregão eletrônico, deverá prever o fornecimento, instalação, implantação, parametrização e configuração local dos equipamentos, com orientação e treinamento para o “start-up”, bem como manutenção, suporte e assistência técnica.

Todo o sistema deverá estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), garantindo a segurança e a privacidade das informações coletadas.

As especificações tecnológicas devem atender aos seguintes requisitos técnicos e funcionais mínimos:

3.1. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS EQUIPAMENTOS

- Equipamento com tecnologia de reconhecimento facial de alta precisão, garantindo segurança, confiabilidade e autenticidade na identificação dos servidores, impedindo marcações indevidas ou por terceiros;
- Equipamento homologado de acordo com as exigências do Ministério do Trabalho e Emprego, em conformidade com a Portaria nº 671/2021;
- Ser inviolável;
- Identificação por reconhecimento facial com precisão mínima de 100% e tempo médio de reconhecimento inferior a 1 segundo;
- Capacidade mínima para cadastro de 1.000 faces individuais, garantindo o atendimento ao quantitativo total de servidores;
- Ter no mínimo 2 duas câmeras HD 1080p (luz visível e luz infravermelha);
- Possibilidade de configuração de distância para o reconhecimento da face;
- Possuir mecanismos de detecção de vida (liveness detection), sendo capaz de rejeitar tentativas de registro por meio de fotos, vídeos ou máscaras;
- Comunicação via Ethernet e Wi-Fi, com criptografia de dados que assegure a confidencialidade das informações transmitidas;
- Sistema de notificação automática de desconexão, que informe o setor responsável sempre que o equipamento estiver sem comunicação;
- Interface compatível com as normas de acessibilidade, permitindo uso por todos os servidores, inclusive pessoas com deficiência;
- Compatibilidade com o software de gestão pública da entidade, por meio de API ou WebService ou arquivo de importação, permitindo fluxo bidirecional de informações;
- Atualizações automáticas de firmware e software, executadas em segundo plano, assegurando correções, melhorias de desempenho e segurança cibernética contínua;



- Possuir no mínimo 01 porta USB externas nativas, identificada e protegida contra acessos indevidos, de fácil utilização, com proteção de acesso e danos elétricos. Esta porta USB deverá permitir a utilização de pen drive universal e não proprietário, sendo uma porta fiscal para captura dos dados armazenados na MRP (Memória de Registro de Ponto) exclusiva para o Auditor Fiscal do Trabalho e/ou recolhimento dos registros de ponto e caso de problema com o equipamento;
- Memória MRP (Memória de Registro de Ponto) para armazenamento das marcações de ponto;
- Capacidade de armazenamento da MRP de no mínimo 500.000 de registros, devidamente homologadas no TEM;
- O equipamento deve ser entregue lacrado, de forma a bloquear o acesso às memórias do equipamento, para que ninguém tenha acesso a parte interna do equipamento;
- Marcações são registradas permanentemente na memória, permitindo que sejam recuperadas em caso de perda de dados;
- Display LCD TFT colorido de 3.5" (320x480) com tela capacitiva sensível ao toque;
- Possuir display de LCD gráfico com retroiluminação, para fornecer ao usuário as informações de data e hora, além de informações e mensagens decorrentes da utilização do relógio;
- Teclado integrado;
- O equipamento devera possuir ícone de comunicação no display para indicação do status da comunicação TCP/IP do equipamento;
- Deve apresentar o nome do funcionário no display no momento da marcação do ponto;
- Deve possibilitar o registro de ponto por matrícula e senha;
- Possuir dispositivo para sinalização sonora e luminosa para interação com o usuário no momento da marcação do ponto;
- O equipamento devera possuir pictograma, que exibe um LED com cor para quando ocorre um registro ou função operada com sucesso, e outra cor distinta quando determinado registro ou função é negado;
- Possuir sinalização sonora orientativa ao usuário para sinalização com som diferente identificando o sucesso ou não da marcação do ponto;
- Possuir status de violação e sensor informando no display quando o gabinete do equipamento for violado;
- Deve ser possível através do teclado realizar no mínimo as operações de acesso com senha usuário administrador, digitação de matrícula e parametrização de rede de dados IP fixo;
- Deve possuir Interface de comunicação ethernet de 10/100 Mbps nativa utilizando protocolo "TCP/IP "; com possibilidade de configuração de endereço IP, máscara e gateway do equipamento;
- Deve possuir informação no Display quando o equipamento está conectado em Rede;
- Possuir sistema de lacre, que permite a manutenção em campo somente por técnicos autorizados e homologados pelo fabricante do equipamento.
- Permitir programar na memória do equipamento: Razão Social da empresa, CPF/CNPJ, CEI e o endereço do empregador;



- Possuir sistema de detecção que bloqueia o funcionamento do equipamento em caso de tentativa de violação;
- Possui bateria interna que mantém a data e horário ajustado por no mínimo 7 dias na falta de energia elétrica;
- Disponibilizar uma relação instantânea de marcações de ponto efetuadas nas últimas 24 horas através de qualquer tecla do teclado;
- Os relatórios deverão ter opção de geração em tela, em arquivo CSV, TXT e PDF ou emitidos em impressora com diferentes critérios de ordenação dos campos.
- Não deve restringir a marcação de ponto dos usuários;
- Acesso a programação do equipamento mediante senha;
- Possuir assinatura digital em todos os documentos fiscais emitidos pelo equipamento;
- Possuir sistema de lacre/fechamento na USB para proteção a poeira;
- Fixável em parede;
- Deve ser fornecido com fonte interna de Alimentação de 90vac a 230vac;
- O equipamento deve ser compatível e integrado ao software de controle de ponto fornecido, com a comprovação dessa integração por meio de declaração do fabricante, confirmando a comunicação direta com o software de tratamento de ponto, utilizando modo cliente (IP Servidor).

3.2. SOFTWARE DE TRATAMENTO E GESTÃO DE PONTO ELETRÔNICO

- A contratada deverá disponibilizar software de comunicação para coleta dos registros dos de todos os relógios de pontos;
- O software deverá possuir interface simples, intuitiva e segura;
- Possuir backup diário automático de todas as informações, responsabilidade da contratada;
- Efetuar a coleta automática das marcações de pontos dos relógios;
- Controlar, no mínimo, 8 (oito) marcações de horários por dia;
- As marcações de ponto (entradas, saídas e intervalos) deverão ser alimentadas diretamente pelo sistema, podendo ser realizadas por coletores de dados externos ou registradores de ponto online, conforme as disposições da Portaria nº 671/2021 do MTE;
- O sistema deve permitir a digitação posterior de informações pelo operador, conforme as regras estabelecidas pela legislação do MTE, para correção ou ajustes de marcações;
- O sistema deverá possuir funcionalidade para importação de cadastros via arquivo texto ou CSV, além de permitir importações através de WebServices;
- Efetuar a coleta manual dos registros do relógio via TCP/IP e arquivo de texto;
- Permitir o envio de comandos para inclusão ou exclusão (funcionários, imagens, data/hora);
- Permitir a importação de funcionários, nomes e matrículas em formato txt;
- Permitir a exportação das marcações via arquivo txt;
- Permitir a exportação para o sistema de tratamento de ponto vigente na Autarquia com layout configurável para se adequar a necessidade do SAAE;
- O sistema a ser adquirido deverá dispor de todas as funcionalidades desde o gerenciamento de apontamentos e controle de frequência até a integração e personalização com os sistemas de Gestão de Pessoas do SAAE. O fornecimento também deve incluir capacitação de pessoal, bem como manutenções preventivas e corretivas necessárias;



- O software deverá ser 100% compatível para comunicação direta com os Registradores de Ponto Eletrônico fornecidos;
- A solução deverá possuir registro no INPI, com a documentação comprobatória a ser fornecida junto à proposta;
- O software deverá ser hospedado em ambiente de nuvem, sendo que o provedor de serviços deverá possuir a certificação ISO/IEC 27001, com comprovação a ser fornecida junto à proposta;
- O acesso ao sistema deverá ser integralmente via web (nuvem), com suporte a múltiplos dispositivos e navegadores;
- O acesso ao sistema deverá ser compatível com os protocolos HTTP e HTTPS, garantindo segurança e confiabilidade na comunicação;
- A responsabilidade pela hospedagem e infraestrutura necessária para o funcionamento do sistema ficará a cargo da CONTRATADA, que deverá prover toda a infraestrutura de hardware e software necessária;
- Geração de relatórios gerenciais completos, com dados sobre frequência, atrasos, faltas e de horas extras, permitindo a exportação em diversos formatos compatíveis com a gestão administrativa e auditorias internas;
- O software deverá ser capaz de gerenciar todos os equipamentos e 1000 usuários, com operação baseada em tecnologia de nuvem (cloud computing), sem a necessidade de softwares intermediários;
- O sistema deverá possuir um log de auditoria detalhado, contendo informações como data e hora, usuário, ação realizada e valores alterados;
- O sistema deverá registrar o histórico de alterações em parâmetros de configuração, permitindo a rastreabilidade das mudanças feitas.
- O software deverá permitir a administração de escalas de trabalho, incluindo a possibilidade de revezamento, controle de turmas e gerenciamento de feriados, com flexibilidade para adaptação às necessidades locais;

3.3. MÓDULO CADASTRADOR FACIAL

- A CONTRATADA deverá fornecer 1 (uma) webcam para contratante a ser instalada na Unidade de Gestão de Pessoas para capturar/cadastrar a imagem facial dos servidores do SAAE no local;
- A webcam deve ter no mínimo resolução Full HD 1080p com lente de vidro full HD;
- Resolução de 2MP
- Foco automático
- Tipo de condução: Plug and play sem driver
- Tipo de interface: USB2.0
- Cabo de no mínimo 1,5m.
- Ser compatível com o software de tratamento e gestão de ponto eletrônico.

3.4. SUPORTE



- A contratada deverá prestar serviços de manutenção preventiva trimestral com revisão em todos os 11 (onze) relógios instalados no SAAE;
- A contratada deverá prestar serviços de manutenção tanto nos relógios como no software de gerenciamento/tratamento de frequência e, se necessário, no módulo cadastrador facial;
- A contratada deverá prestar serviços de manutenção corretiva e adaptativa incluídos durante toda a vigência contratual, garantindo a disponibilidade e o pleno funcionamento do sistema e dos equipamentos, com substituição de equipamentos imediata (48 horas) em caso de falhas.
- Deverá estar incluso, quando necessário, a substituição de peças ou do equipamento;
- Suporte técnico especializado, remoto e presencial, disponível conforme necessidade da autarquia, assegurando o pronto atendimento de ocorrências técnicas e operacionais, sem ônus.
- Todas as manutenções deverão ser agendadas previamente com até 24 horas de antecedência e impreterivelmente serão acompanhadas de um servidor do SAAE Jacareí;
- Toda manutenção do sistema web deverá ser realizada entre 00h e 06h, preferencialmente aos finais de semana, a fim de minimizar impactos nas operações da CONTRATANTE;
- Fica estabelecido que a manutenção envolve a responsabilidade da CONTRATADA em manter o sistema funcionando de acordo com as especificações, sendo sua obrigação corrigir qualquer falha no sistema originada por erro, defeito ou mau funcionamento.

3.5. TREINAMENTO

- A CONTRATADA deverá realizar em até 25 (vinte e cinco) dias após a emissão da Ordem de Serviço, um treinamento sobre o funcionamento do equipamento, para até 10 usuários indicados pelo SAAE Jacareí;
- A CONTRATADA deverá ministrar treinamento relativo à capacitação para gestores de Recursos Humanos, com carga horária de no máximo 8 horas, podendo ser dividido em até 2 dias;
- Treinamento para os profissionais da Contratante na gestão do sistema, com carga horária de até 4 horas para sanar dúvidas após a implantação;
- O treinamento será realizado nas dependências da CONTRATANTE, após os testes e ativação do sistema, e antes de sua entrega definitiva em operação à CONTRATANTE;
- O treinamento deverá ser realizado no horário proposto pela CONTRATANTE e deverá ser presencial;
- O conteúdo programático do treinamento deverá ser apresentado e aprovado previamente em conjunto com a equipe da CONTRATANTE, contendo no mínimo;
 - Manual do modelo do relógio
 - Operações básicas no relógio
 - Introdução do software de gestão
 - Treinamento teórico e prático na gestão do software
 - Espaço para esclarecimento de dúvidas
- Todo o material fornecido durante o treinamento é de responsabilidade da contratada;
- O treinamento será obrigatoriamente ministrado por profissionais certificados na solução ofertada para a CONTRATANTE, que tenha atuado diretamente na condução e solução de problemas e que possuam experiência em treinamentos desta natureza e pleno conhecimento do produto;



- As despesas com instrutor, inclusive as relativas a transporte, estadia e alimentação, serão de responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus adicional;

3.6. INSTALAÇÃO E TESTES:

- O prazo de entrega, instalação e testes dos equipamentos necessários constantes na tabela presente no item 3.7, deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da Ordem de Serviço;
- A instalação do equipamento deve observar as exigências do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), conforme normas vigentes aplicáveis;
- O transporte de materiais, equipamentos, pessoal, correrá por conta da CONTRATADA;
- O software deverá ser implantado e testado pela contratada e aprovado pelo contratante em até 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da Ordem de Serviço;
- O módulo de captura de reconhecimento facial (Webcam) também deverá ser instalado e testado pela contratada e aprovado pelo contratante em até 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da Ordem de Serviço.

3.7. LOCAL DE INSTALAÇÃO:

Os equipamentos serão instalados nos locais indicados, conforme tabela abaixo:

ITEM	ENDEREÇO	QUANTIDADE
1	Rua Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro	4
2	Rua Aparício Lorena, 120 - Jardim Liberdade	2
3	Rua Antunes da Costa, 200 - Centro	1
4	Av. Egídio Antônio Coimbra nº 436 – Parque dos Sinos	1
5	Av. Malek Assad – Altura nº 700 – Jd. Santa Maria	1
6	Rua Antônio Afonso, 484 - Centro	1
7	Estr. Municipal João Honorato nº 201 – São Silvestre	1
TOTAL		11

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 Faz necessária a observância de que todos os equipamentos, deverão estar em consonância com o parque tecnológico existente no SAAE Jacareí.
- 4.2 Todos os equipamentos, produtos, peças ou softwares necessários à contratação devem ser novos e de primeiro uso e não constar, no momento da apresentação da proposta, em listas de end of sale, end of support ou end of life do fabricante, ou seja, não poderão ter previsão



de descontinuidade de fornecimento, suporte ou vida, devendo estar em linha de produção do fabricante.

- 4.3 Os softwares ofertados devem ser instalados em sua versão mais estável e atualizada e devem ter cobertura por meio de contrato de garantia de suporte e atualização de versão durante a vigência do contrato.
- 4.4 O sistema para Gestão de dados das marcações de ponto eletrônico deverá ser híbrido estando de acordo com a PORTARIA/MTP Nº 671/2021.
- 4.5 O ambiente a ser utilizado pela CONTRATADA para hospedagem do sistema e de seus dados deverá respeitar integralmente a legislação brasileira, especificamente a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018 e o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965/2014.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1 O prazo para execução do serviço será iniciado após emissão de ordem de serviço.
- 5.2 Entende-se por serviços de implantação, as atividades de fornecimento dos materiais, planejamento, instalação, integração e pré-operação.
- 5.3 Os serviços de implantação deverão ser executados pela CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE.
- 5.4 Os equipamentos deverão ser entregues na Unidade de Tecnologia da Informação do SAAE Jacareí. A instalação deverá contemplar a fixação dos equipamentos nos locais indicados pelo SAAE, com suas devidas configurações, parametrizações, testes de funcionamento.
- 5.5 Os serviços de implantação deverão ser executados pela CONTRATADA durante o horário de expediente da Contratante, compreendido das 8h30 às 16:30 h, de segunda-feira a sexta-feira, previamente agendado;
- 5.6 A mão de obra especializada, os equipamentos e materiais necessários para a adequada instalação do equipamento no(s) local(is) de uso fazem parte do custo da instalação e deverão ser fornecidos pela CONTRATADA sem custos ou ônus adicionais;
- 5.7 A Contratada será responsável pelo transporte e descarregamento do produto, devendo entregá-los em condições adequadas para o armazenamento;
- 5.8 A CONTRATANTE disponibilizará pontos de energia elétrica e lógica nos locais onde serão instalados os equipamentos;
- 5.9 A equipe técnica da CONTRATADA deverá trabalhar uniformizada e com crachá da empresa visível, sob orientação e supervisão direta do profissional responsável pela coordenação das atividades de implantação (gestor de projetos da CONTRATADA), com o acompanhamento do responsável técnico da CONTRATANTE;
- 5.10 A CONTRATADA deverá elaborar e manter relatório de atividades (RA), contendo anotações das atividades realizadas, irregularidades encontradas e outras ocorrências relativas à execução do contrato de modo a subsidiar reunião periódica de acompanhamento do projeto a ser realizada com a participação mínima do responsável técnico da CONTRATANTE e pelo gestor de projetos da CONTRATADA;



- 5.11 Quando aprovado o funcionamento dos produtos, esses serão considerados instalados e aptos a serem utilizados. Isso deverá ser confirmado em termo de recebimento emitido pela CONTRATANTE, após execução completa dos serviços de implantação;
- 5.12 Quando não aprovado o funcionamento de qualquer produto ou serviço sob responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá anotar no relatório de atividades as ocorrências e suas origens, e tomar toda e qualquer providência necessária para resolvê-las, sem gerar ônus à CONTRATANTE e sem prejudicar o tempo previsto de implantação;
- 5.13 O relatório de atividades não isenta a CONTRATADA das responsabilidades sobre o pleno funcionamento dos equipamentos, o qual deverá ser estendido ao longo de todo o período de garantia;
- 5.14 Todas as informações manuseadas pela CONTRATADA são de uso exclusivo e restrito da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá assumir compromisso de manter em sigilo, bem como não fazer uso indevido de qualquer configuração do ambiente e informações prestadas por funcionários da CONTRATANTE e quaisquer outras informações pertencentes à CONTRATANTE;
- 5.15 A CONTRATADA, após concluído o serviço de instalação do serviço, deverá realizar com o acompanhamento dos técnicos da CONTRATANTE, testes de pré-operação para constatar que os produtos foram instalados e configurados de acordo com o cenário requerido pela CONTRATANTE e conforme definido no Projeto de Implantação desenvolvido.

6. GESTÃO DO CONTRATO

A prestação dos serviços será fiscalizada de acordo com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, pela Unidade de Tecnologia da Informação (fiscal técnico) e pela Unidade de Gestão de Pessoas (fiscal administrativo), através da supervisão da área. A gestão contratual será realizada pelo diretor do Departamento Administrativo.

A fiscalização do contrato terá entre outras, as seguintes atribuições:

- Fiscalizar a execução do contrato quanto à qualidade desejada do serviço prestado;
- Comunicar ao CONTRATADO o descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;
- Solicitar a aplicação de penalidades/sanções pelo descumprimento do contrato;
- Recusar e devolver os serviços cuja execução não se verifique adequada vista em desacordo com as descrições discriminadas no contrato e na legislação vigente;
- Receber notas fiscais, atestar o serviço prestado e encaminhar para pagamento;
- Assegurar o cumprimento das condições contratuais por ambas as partes;
- Gerenciar eventuais alterações, aditamentos ou prorrogações do contrato.

7. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA



- 7.1 É dever da CONTRATADA zelar estritamente pelo sigilo inerente aos serviços de telecomunicações e pela confidencialidade quanto aos dados e informações do SAAE Jacareí, empregando todos os meios e tecnologia necessários para assegurar este direito;
- 7.2 A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e em sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos, encargos e despesas decorrentes da boa, regular e perfeita execução do objeto contratual;
- 7.3 Efetuar a entrega, instalação e configuração dos equipamentos em perfeitas condições de uso, conforme as especificações técnicas, prazos e locais definidos neste Termo de Referência, acompanhados das respectivas notas fiscais, contendo informações sobre marca, fabricante, modelo, procedência, número de série;
- 7.4 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto desse escopo, eximindo expressamente, o SAAE Jacareí de qualquer responsabilidade;
- 7.5 Os funcionários da CONTRATADA deverão portar uniforme e identificação quando da execução dos serviços e manter a ordem e a disciplina no local interno da execução do trabalho;
- 7.6 Responsabilizar-se com eventuais prejuízos causados ao SAAE Jacareí e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados, na execução dos serviços;
- 7.7 Fornecer equipamentos novos, sem uso anterior, com garantia abrangendo defeitos de fabricação e suporte de funcionamento durante todo o período do contrato;
- 7.8 Designar profissional qualificado, conforme resolução nº 218 do CONFEA, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimento deste objeto;
- 7.9 Disponibilizar suporte técnico especializado durante todo o período contratual, com atendimento remoto e presencial conforme necessidade da autarquia, observando os prazos máximos de resposta e resolução definidos contratualmente;
- 7.10 Executar manutenção preventiva de três em três meses em todos os relógios instalados no SAAE;
- 7.11 Executar manutenções corretivas e adaptativas, sempre que identificadas falhas, defeitos ou necessidade de atualização dos equipamentos e sistemas, assegurando a continuidade operacional da solução;
- 7.12 Agendar as manutenções com os fiscais do contrato;
- 7.13 Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da Contratante;
- 7.14 Responsabilizar-se pela limpeza do local onde ocorrerá o fornecimento e instalação deste objeto, recolhendo todos materiais descartados;
- 7.15 Comunicar formalmente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa impedir ou comprometer o cumprimento dos prazos de entrega, instalação ou manutenção, apresentando justificativa e comprovação documental;
- 7.16 Garantir a conformidade total dos equipamentos e serviços com as Portarias do



- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em especial a Portaria nº 671/2021 e suas atualizações;
- 7.17 Fornecer treinamento técnico e operacional aos servidores designados pela Contratante, abrangendo o uso dos equipamentos, o sistema de gestão de ponto e as rotinas de administração e monitoramento;
- 7.18 A contratada deverá fornecer treinamentos adicionais caso haja atualizações, melhorias e/ou mudanças no software de tratamento de ponto que modifique a orientação anteriormente dada;
- 7.19 Todas as despesas de treinamento inicial e ou adicionais de atualização serão por conta da CONTRATADA;
- 7.20 Emitir relatórios técnicos de manutenção, suporte e atualizações de sistema, sempre que houver intervenção técnica, incluindo data, tipo de serviço e status da ocorrência;
- 7.21 Auxiliar/acompanhar o cadastramento inicial dos servidores públicos do SAAE nos equipamentos, de forma que complete o treinamento citado no item 3.5;
- 7.22 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa autorização da Contratante;
- 7.23 Fornecer os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) inerentes ao trabalho a ser realizado;
- 7.24 Fornecer os EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) para prover e utilizar as proteções e sinalizações de todas as circunstâncias que ofereçam riscos às pessoas do local, durante a execução do objeto;
- 7.25 Comunicar proativamente à Contratante qualquer falha, instabilidade ou interrupção no funcionamento dos equipamentos, apresentando plano de ação corretivo e previsão de normalização.

8. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 8.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.2 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.4 O SAAE Jacareí designará técnico responsável, para acompanhar a execução dos serviços, em conjunto com o responsável técnico da CONTRATADA;
- 8.5 Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para que a mesma execute a manutenção;
- 8.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



- 8.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA, pertinente aos serviços contratados, objetos desse Termo de Referência;
- 8.8 O SAAE - Jacareí não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.9 Rejeitar no todo ou em parte, os serviços e materiais aplicados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa;

9. DAS GARANTIAS, SUPORTE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

- 9.1 A garantia deverá compreender todos os serviços contratados, os equipamentos propostos e atendimento no local durante toda a vigência do contrato;
- 9.2 Durante o período de garantia a CONTRATADA compromete-se a executar os serviços de manutenção CORRETIVA e PREVENTIVA dos equipamentos, substituição de peças ou dos equipamentos e dos serviços sem quaisquer ônus para o SAAE Jacareí, inclusive de transporte e despesas acessórias;
- 9.3 A assistência técnica e a manutenção de todos os itens inclusos no sistema contratado deverão ser prestadas sempre que solicitados pelo SAAE Jacareí, para correção de qualquer problema durante todo o período de garantia;
- 9.4 A manutenção e suporte nos equipamentos do sistema contratado durante o período do contrato, ficará a cargo da CONTRATADA, cabendo-lhe efetuar os ajustes no sistema, conserto ou troca de peças defeituosas, em caso de retirada do equipamento para manutenção, outro deverá substituí-lo até que o anterior retorne da manutenção.
- 9.5 A averiguação da ocorrência das falhas se dará através da abertura de chamado técnico e dos relatórios de atendimento expedidos pela CONTRATADA, devidamente atestados pelo SAAE Jacareí;
- 9.6 O serviço de suporte deverá abranger todas as localidades onde estiverem instalados os serviços;
- 9.7 A manutenção preventiva deverá ocorrer trimestralmente e agendada previamente com os fiscais do contrato;
- 9.8 A CONTRATADA garante que os serviços serão realizados de acordo com as normas técnicas, com os materiais apropriados, e uso de mão-de-obra especializada, como exigido, e que estarão isentos de defeitos que possam colocar em risco seu uso, segurança e propósito;
- 9.9 O suporte técnico deverá estar disponível 8 (oito horas) por dia, 5 (cinco) dias por semana, de segunda-feira à sexta-feira, no horário entre 8h00 e 17h00, inclusive na modalidade "on site" quando necessário. Deverá ocorrer em até 4 (quatro) horas úteis contadas a partir da



abertura do chamado;

- 9.10 Caso o problema não seja solucionado a CONTRATADA deverá substituir o equipamento em, no máximo, 48 (quarenta e oito e duas) horas. Equipamento esse semelhante ou superior ao equipamento a ser substituído;
- 9.11 Deverá ser disponibilizado o atendimento por pessoal especializado para a solução de problemas por telefone ou internet com tempo máximo de 1 hora;
- 9.12 A CONTRATANTE fará a "Abertura de Chamados Técnicos" por telefone 0800, e-mail, ou área em Sistema WEB para abertura de chamados técnicos;
- 9.13 Para operacionalização do disposto anteriormente, a LICITANTE deverá descrever em sua proposta os números de telefone, endereços de e-mail ou link de área em Sistema WEB para abertura de chamados técnicos;

10. CRITERIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Implantação: o pagamento será realizado em parcela única, verificada a conclusão da implantação e aprovada pela equipe do SAAE (Termo de aceite), desde que sejam atendidos os seguintes critérios:
 - Completa entrega e instalação dos itens presentes no ITEM 3
- Serviço contínuo: os demais pagamentos ocorrerão mensalmente, mediante emissão de Nota Fiscal/Fatura a cada 30 (trinta) dias/mês da data da emissão do Termo de Aceite.
- O prazo de pagamento da prestação de serviços será conforme condições de pagamento do SAAE - Jacareí.

Obs: A nota fiscal deverá ser emitida para:

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

CNPJ: 48.962.625/0003-22

Rua Aparicio Lorena, 120 – Jd. Liberdade – Jacareí/SP

CEP: 12327-703

A nota fiscal deverá ser enviada para o e-mail: notafiscal@saaejacarei.sp.gov.br assim como para o fiscal do contrato joyce.cordeiro@saaejacarei.sp.gov.br e tatiane.aprobato@saaejacarei.sp.gov.br

11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 11.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando capacitação técnica na implantação de solução (locação) integrada para gerenciamento eletrônico de assiduidade com reconhecimento facial,

Página 13 | 18



contendo equipamentos, software de gerenciamento, instalação, configuração, integração de dados, treinamento e suporte técnico, contendo:

- a) nome da contratante;*
- b) período dos serviços atestados;*
- c) local de prestação dos serviços;*
- d) objeto do contrato;*
- e) serviços executados (com respectivos totais);*
- f) nome do(s) responsável(eis) técnico(s);*

- 11.2 A LICITANTE deve apresentar em sua proposta a marca e modelo dos equipamentos ofertados
- 11.3 As empresas licitantes poderão realizar vistoria técnica para tomarem ciência de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações e o correto dimensionamento e elaboração da proposta ou ainda, dispensar a vistoria e emitir um certificado declarando que tem conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações determinadas por este termo de referência.
- 11.4 Para fins de participação no certame, caso a licitante opte pela vistoria, esta deverá obrigatoriamente ser realizada nos endereços indicados no item 3.7 - LOCAL DE INSTALAÇÃO deste termo, apresentando declaração de vistoria dos locais dos serviços, conforme modelo ANEXO.
- 11.5 A vistoria técnica poderá ser agendada com até 1 (um) dia útil de antecedência da sessão pública, junto à Unidade de Tecnologia da Informação situada na rua Miguel Leite do Amparo nº 121 – centro – Jacareí - SP, de segunda à sexta-feira, das 08:30 às 16:00 hs, ou através do telefone (12) 3954-0300 ou ainda através do e-mail informatica@saaejacarei.sp.gov.br.
- 11.6 A vistoria não será realizada sem prévio agendamento.
- 11.7 A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.
- 11.8 A comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).
- 11.9 Caso o vistoriador não atenda aos requisitos, não será executada a vistoria.
- 11.10 A modalidade licitatória adotada será Pregão Eletrônico menor preço global.
- 11.11 Descrição dos passos a serem seguidos no processo de seleção, alinhados com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, visando garantir transparência e conformidade legal.
- 11.12 Detalhamento dos documentos necessários serão descritas em edital, para comprovação da qualificação técnica e econômico financeira dos fornecedores interessados.

12. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do Contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da Emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado até completar 60 meses.



13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação será informado pela Unidade de Licitações e Compras.

14. DO ORÇAMENTO

14.1 A Licitante deverá apresentar cronograma físico-financeiro para o objeto deste Termo de Referência.

14.2 As despesas decorrentes deste certame correrão no presente exercício à conta da dotação orçamentária de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação do Departamento Administrativo – Ficha 62 - Dotação

14.3 O valor global da contratação será estimado pela Unidade de Licitações e Compras, dividido da seguinte forma:

1-O primeiro pagamento será referente à implantação;

2-Os demais pagamentos serão em parcelas mensais consecutivas até o final do período de 12 meses de vigência do contrato;

14.4 Atividades a serem desenvolvidas:

14.4.1 Item 1 – Implantação dos equipamentos e do Sistema: Período do 1º mês:

- Implantação, Instalação, configuração, migração de dados, parametrização e testes do sistema;
- Fornecimento de todos os equipamentos constantes no Termo de Referência;
- Treinamento para equipe do SAAE - Jacareí;

14.4.2 Item 2 - Manutenção, suporte técnico e outros serviços – A partir do 2º mês:

- Uso integral do sistema;
- Manutenção (preventiva, adaptativa, corretiva e evolutiva) dos equipamentos e sistema;
- Realização do suporte técnico especializado aos usuários do sistema (físico e online);

JOYCE DA SILVA
Assinado de forma digital
por JOYCE DA SILVA
CORDEIRO:39142275830
Dados: 2026.01.29
15:27:17 -03'00'

Joyce da Silva Cordeiro
Supervisora Unidade de Tecnologia da Informação

ERIC DOS SANTOS
Assinado de forma digital por
ERIC DOS SANTOS
BURGOMEISTER:41910943860
Dados: 2026.01.29 16:03:56
-03'00'

Eric dos Santos Bургomeister
Diretor de Departamento Administrativo



ANEXO II PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

PROPOSTA DE PREÇOS (Modelo)

DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - Contratação de empresa especializada para locação de solução integrada para gerenciamento eletrônico de frequência, com equipamentos, software e suporte técnico	R\$ ----

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS (preenchimento obrigatório)

Item	Descrição dos Serviços	Quant.	Valor Unitário	Valor Mensal	Meses	Valor Total
1	Implantação, Instalação, Configuração, Integração de dados, Testes do Sistema e Treinamento	11	1
Item	Descrição dos Serviços	Quant.	Valor Unitário	Valor Mensal	Meses	Valor Total
2	Prestação de serviços de solução integrada para gerenciamento eletrônico de assiduidade com reconhecimento facial, contendo equipamentos, software de gerenciamento, configuração, treinamento e suporte técnico	11	11
VALOR TOTAL: R\$						

Para maiores informações, Site:

O prazo de validade da proposta é de **90 (noventa) dias corridos**, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Jacareí, _____

(nome e assinatura do representante legal)

Nome da Proponente:

CNPJ:

Endereço:

Telefone/Fax:

E-mail:



ANEXO III MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE** E A EMPRESA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2026

SC N.º 1637/2026

Pelo presente instrumento de contrato, as partes contratantes abaixo qualificadas, ajustam entre si e na melhor forma de direito, mediante as cláusulas e condições abaixo estipuladas, em observância às normas e princípios expressos na Lei 14.133/21, o seguinte contrato administrativo:

I - DAS PARTES CONTRATANTES

a) de um lado, como Contratante, o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ - SAAE**, autarquia municipal, pessoa jurídica de direito público interno criada pela Lei Municipal nº 1.761/76, com sede na cidade de Jacareí - SP, à Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121, inscrita no CNPJ nº 48.962.625/0001-60, neste ato regularmente representada por seu Presidente, **CARLOS FELIPE SEPINHO APPARECIDO**, brasileiro, casado, Graduado em Administração de Empresas, Pós-Graduado em Finanças, portador da Cédula de Identidade, RG nº 43.500.465-7 SSP/SP e do CPF nº 229.835.448-00, doravante neste instrumento designada simplesmente pela sigla SAAE de Jacareí.

b) e de outro lado, a empresa

II – OBJETO DO CONTRATO

2.1. É objeto deste contrato **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA PARA GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE ASSIDUIDADE COM RECONHECIMENTO FACIAL, CONTENDO EQUIPAMENTOS, SOFTWARE DE GESTÃO DE PONTO (WEB/CLOUD COMPUTING), INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, INTEGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO SAAE- JACAREÍ**, decorrente da Solicitação de Compra (SC) 1637/2026, conforme descrito abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - Contratação de empresa especializada para locação de solução integrada para gerenciamento eletrônico de frequência, com equipamentos, software e suporte técnico	R\$ ----

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

Item	Descrição dos Serviços	Quant.	Valor Unitário	Valor Mensal	Meses	Valor Total
1	Implantação, Instalação, Configuração, Integração de dados, Testes do Sistema e Treinamento	11	1
Item	Descrição dos Serviços	Quant.	Valor Unitário	Valor Mensal	Meses	Valor Total



2	Prestação de serviços de solução integrada para gerenciamento eletrônico de assiduidade com reconhecimento facial, contendo equipamentos, software de gerenciamento, configuração, treinamento e suporte técnico	11	11
VALOR TOTAL: R\$						

2.2. Estão vinculados esta contratação, independentemente de sua transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Estudo técnico preliminar
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Anexos dos documentos supracitados.

III – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

3.1. O contrato terá vigência a partir da emissão da ordem de serviço, pelo período de **36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.**

3.2. Os reajustes se darão pela aplicação do INPC – IBGE (ou no caso de sua extinção, outro índice que vier por determinação do Governo Federal) e de acordo com a variação a partir de 01 (um) ano da data-base do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º, da lei 14.133/21, passando a vigorar no mês seguinte ao reajuste, recaiando o reajuste sobre os itens mencionados no título V do contrato;

IV – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1. A CONTRATADA se obriga a executar os serviços rigorosamente de acordo com as discriminações constantes no estudo técnico preliminar e no termo de referência, anexos ao edital, garantindo a retificação em prazo a ser fixado pela Administração, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE caso estejam em desacordo com o solicitado.

4.2. Os equipamentos deverão ser entregues na Unidade de Tecnologia da Informação do SAAE Jacareí. A instalação deverá contemplar a fixação dos equipamentos nos locais indicados pelo SAAE, com suas devidas configurações, parametrizações, testes de funcionamento.

4.2.1. Todos os equipamentos, produtos, peças ou softwares necessários à contratação devem ser novos e de primeiro uso e não constar, no momento da apresentação da proposta, em listas de end of sale, end of support ou end of life do fabricante, ou seja, não poderão ter previsão de descontinuidade de fornecimento, suporte ou vida, devendo estar em linha de produção do fabricante.

4.2.2. Os softwares ofertados devem ser instalados em sua versão mais estável e atualizada e devem ter cobertura por meio de contrato de garantia de suporte e atualização de versão durante a vigência do contrato

4.3. A mão de obra especializada, os equipamentos e materiais necessários para a adequada instalação do equipamento no(s) local(is) de uso fazem parte do custo da instalação e deverão



ser fornecidos pela CONTRATADA sem custos ou ônus adicionais;

4.4. O objeto contratado será recebido e conferido pelo Setor Requisitante da seguinte maneira:

4.4.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, nos termos do art. 140, I, 'a' da Lei 14.133/21;

4.4.2. Definitivamente, nos termos do art. 140, I, 'b' da Lei 14.133/21, ressalvados os casos de incorreção no objeto ou no competente documento fiscal, quando interromper-se-á o prazo para a sua regularização.

OBS. 01: A Nota Fiscal deverá ser emitida para:

SAAE – SERV. AUTON. ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ
ECA:

CNPJ: 48.962.625/0003-22 - IE: 392.165.760.117

Rua Aparício Lorena, nº 120, Jd Liberdade – Jacareí – SP - CEP: 12.327.460

OBS. 02: A Nota Fiscal eletrônica deverá ser encaminhada para os seguintes e-mails:

notafiscal@saejacarei.sp.gov.br

Joyce.cordeiro@saejacarei.sp.gov.br

Tatiane.aprobato@saejacarei.sp.gov.br

4.5. A Administração tem o poder/dever de recusar a prestação do objeto do contrato caso a Contratada descumpra as normas de seu fornecimento, principalmente as estabelecidas na Legislação Trabalhista, devendo dar especial atenção àquelas que se refiram à saúde e segurança dos envolvidos na operação de entrega.

4.6. O serviço somente será aceito e, portanto, **considerado executado**, quando a Contratada cumprir todas as exigências constantes no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e na Legislação aplicável à execução contratual.

4.7. A contagem de todos os prazos se dará apenas após a regularização de eventuais irregularidades e efetivo recebimento dos serviços pela Contratante.

4.8. A contratada fica ciente, desde sua participação do processo licitatório, do seu dever de garantir os padrões legais de segurança de todas as pessoas envolvidas na execução dos serviços constantes no objeto do presente Contrato.

4.9. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

V – PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação do serviço objeto deste contrato, o valor correspondente a **R\$** (.....).



5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. O pagamento referente ao item 1 (Implantação), será efetuado **em parcela única referente ao valor total, e do item 2 (Serviço contínuo) de forma mensal**, sendo ambos os pagamentos por meio de ordem bancária no prazo de **15 (quinze) DDL (dias direto líquido)**, contados a partir da data da entrega da Nota Fiscal no email: notafiscal@saejacarei.sp.gov.br, através de depósito em conta corrente, preferencialmente em qualquer agência do BANCO DO BRASIL ou da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou através de Ficha de Compensação.

5.2.1. Ao todo ocorrerão 12 pagamentos conforme previsto no Termo de Referência, sendo o primeiro pela primeira fase da contratação, que compreende a implementação da solução, e os demais referentes a segunda fase, que contempla o fornecimento dos itens necessários à solução.

5.2.3. Para fins de cumprimento do disposto no [Decreto municipal 870/2023](#), as notas fiscais emitidas em razão do fornecimento de bens ou prestação de serviços à Administração direta ou indireta do município, deverão prever o destaque da retenção do imposto de renda, observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da [Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012](#).

5.3. O prazo estabelecido será contado a partir da data da entrega da Nota Fiscal à Unidade de Contratos e Convênios, **tendo sido efetivamente integralizada a entrega do serviço.**

5.4. Caso a Nota Fiscal seja cancelada ou substituída, alterar-se-á o termo inicial dos prazos para pagamento, o qual será contado a partir do protocolo da nova Nota Fiscal junto à Unidade de Contratos e Convênios do SAAE-Jacareí.

5.5. O termo inicial do prazo de pagamento não será alterado nos casos em que a correção de eventual irregularidade puder se realizar mediante Carta de Correção, desde que seja entregue à Unidade de Contratos e Convênios em tempo hábil ao pagamento para a Nota Fiscal.

5.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos no preço, não sendo considerado pleito de acréscimo, a esse ou a qualquer título, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer ônus.

5.7. Não será admitido no curso do contrato, aumento ou reajuste de preços com periodicidade inferior a um ano, quaisquer que sejam os motivos alegados pela licitante vencedora, salvo em alguns casos de criação, alteração, extinção de tributos, encargos legais, ou pela superveniência de disposições legais que comprovadamente tenham repercussão nos preços contratados, implicando a revisão destes para mais ou para menos.

VI - DA GLOSA DE PAGAMENTOS

6.1. O SAAE-JACAREÍ, através de seus servidores designados, efetuará glosas imediatas e diretas sempre que for constatado o descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais que possam ensejar prejuízos financeiros aos SAAE-JACAREÍ.



Parágrafo primeiro. Constatadas as irregularidades acima ou quaisquer outras, deverá o SAAE-JACAREÍ notificar a Contratada a apresentar esclarecimentos e, se for o caso, a solucionar imediatamente as ocorrências apontadas.

Parágrafo segundo. Toda vez que o pagamento for glosado, ficará o SAAE-JACAREÍ obrigado a instaurar processo de notificação à contratada.

Parágrafo terceiro. De início, a glosa implicará a suspensão dos pagamentos enquanto perdurar o processo de notificação.

Parágrafo quarto. Dependendo do resultado do processo de notificação, a glosa será:

- a) Convertida em desconto nos pagamentos devidos à contratada, à título de obrigação não cumprida, caso seja verificada sua culpa e/ou dolo em processo de notificação; ou
- b) Elidida, caso verificada a inocência da contratada, mediante comunicado de arquivamento do processo de notificação, devendo o SAAE-JACAREÍ realizar seu pagamento em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da decisão de arquivamento do processo.
- c) **Parágrafo quinto.** A glosa do pagamento se referirá apenas ao ressarcimento de prejuízos causados por lesão ou ameaça a direito do SAAE-JACAREÍ pela Contratada e, portanto, será cumulativa à penalidade de multa estabelecida na cláusula específica de sanções contratuais, posto que a glosa tem viés reparatório e a multa, punitivo.

VII - É TERMINANTEMENTE PROIBIDA A CESSÃO DE CRÉDITO E/OU ENDOSSO DE TÍTULO DE CRÉDITO EMITIDO CONTRA O SAAE-JACAREÍ

7.1. Caso a Contratada ceda crédito e/ou endosse título emitido contra o SAAE-Jacareí, fica o Departamento Financeiro previamente autorizado a reter o pagamento, sendo que este somente será devidamente regularizado mediante contra apresentação do título pela Contratada à Contratante, cabendo a esta realizar o pagamento pelos meios que entender pertinentes.

7.1.1. Ao constatar o endosso de título e/ou cessão de crédito, o departamento financeiro deverá solicitar ao departamento administrativo que instaure notificação à contratada por infração à presente cláusula, sempre garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.1.2. Caso o título de crédito endossado e/ou crédito cedido seja indevidamente cobrado pela contratada ou por terceiros, responderá a contratada, integralmente, pelos danos e prejuízos causados a contratante

7.1.3. A vedação apontada no item VII não se aplica a microempresas e empresas de pequeno porte, conforme artigo 73-A da Lei Complementar 123/2006.VIII – SUPORTE ORÇAMENTÁRIO

8.1. Esta despesa será suportada pela(s) seguinte(s) dotação(ões):

dotação orçamentária nº **03.05**, classificação funcional nº **17.512.0011.2243**, classificação econômica nº **3.3.90.40.99**, devidamente empenhada sob nº de, no valor de **R\$(.....)**, para o exercício de **2026**.

00062 | 030501 | 17.512.0011.2243 | 04 | 110.0000 | 3.3.90.40.99
030501 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
62 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ
100% RECURSOS PRÓPRIOS



IX - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se ao cumprimento de todas as disposições do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, presentes no Anexo I do edital.

9.2. A Contratada, além dos casos previstos na legislação em vigor é responsável por:

9.2.1. Quaisquer danos ou prejuízos causados ao SAAE de Jacareí e/ou a terceiros, em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato;

9.2.2. Indenizar ou reparar os prejuízos decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia na prestação dos serviços ora contratados;

9.2.3. Pagar os tributos, multa ou ônus oriundos deste contrato, pelos quais a Contratada seja responsável, principalmente de natureza fiscal ou trabalhista, de acordo com o art. 121, parágrafo primeiro da Lei 14.133/21.

9.2.4. A inadimplência da Contratada com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e ainda as responsabilidades referentes à higiene e segurança do trabalho, resultantes da execução do presente contrato, não transfere ao SAAE de Jacareí a responsabilidade por seu pagamento, nem gera responsabilização perante qualquer órgão ou instituição competente para fiscalizar as condições de trabalho e nem poderá onerar o objeto deste contrato.

9.3. A CONTRATADA compromete-se, ainda:

a) A Contratada deverá, no prazo de 30 (trinta) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço, ter executado por completo a instalação/implantação do objeto contratado, (conforme item 3.6, do Termo de Referência).

b) A instalação ocorrerá nos locais indicados pelo SAAE (conforme itens 3.7 do Termo de Referência).

c) A mão de obra especializada, os instrumentos/equipamentos, necessários para a instalação/implantação dos equipamentos serão fornecidos pela CONTRATADA (item 5.6, do Termo de Referência).

d) Os serviços de implantação deverão ser executados pela CONTRATADA durante o horário de expediente da contratante, compreendido das 8:30h às 16:30h, de segunda a sexta-feira, devendo ser previamente agendado (item 5.5, do Termo de Referência).

e) A Contratada se obriga a prestar garantia, suporte e as manutenções, em conformidade com os itens 4.3, 5.13, 7.7, 9.1, 9.2 e 9.3 do Termo de Referência.

f) Todas as informações manuseadas pela CONTRATADA são de uso exclusivo e restrito da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá assumir compromisso de manter em sigilo, bem como não fazer uso de qualquer configuração do ambiente e informações prestadas por funcionários da CONTRATANTE e quaisquer outras informações pertencentes à CONTRATANTE (em conformidade com o item 5.14, do Termo de Referência).

g) A Contratada deverá elaborar e manter Relatório de Atividades (RA), contendo anotações das atividades realizadas, irregularidades encontradas e outras ocorrências relativas à execução do contrato, de modo a subsidiar reunião periódica de acompanhamento do projeto a ser realizada com a participação mínima do responsável Técnico da Contratante e pelo Gestor de projetos da Contratada (item 5.10, do Termo).

h) A Contratada deverá responder por todos os custos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto deste Termo de Referência e seus Anexos ou resultantes da adjudicação desta Licitação, eximindo expressamente, o SAAE Jacareí de qualquer



responsabilidade (item 7.4, do Termo de Referência).

i) Os funcionários da Contratada, quando acessarem aos prédios da contratante, deverão portar uniforme e identificação e manter a ordem e a disciplina no local interno da execução do trabalho.

j) Fornecer treinamento técnico e operacional aos servidores designados pela Contratante, abrangendo o uso dos equipamentos, o sistema de gestão de ponto e as rotinas de administração e monitoramento.

k) Prestar garantia de todos os serviços contratados, equipamentos propostos e atendimento no local durante toda a vigência do contrato; (item 9.1, do Termo).

l) Durante o período de garantia a Contratada compromete-se a executar os serviços de manutenção CORRETIVA e PREVENTIVA dos equipamentos, substituição de peças ou dos equipamentos e dos serviços sem quaisquer ônus para o SAAE Jacareí, inclusive de transporte e despesas acessórias (item 9.2, do Termo de referência).

m) Os serviços de manutenção preventiva deverão ocorrer trimestralmente com revisão em todos os 11 (onze) relógios instalados no SAAE, deverá ser agendada previamente com os fiscais do contrato (item 3.4 e 9.7, do Termo).

n) O suporte técnico deverá estar disponível 8 (oito) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana de segunda à sexta feira, no horário entre as 08h00 e 17:00, inclusive na modalidade “on site” quando necessário. Deverá ocorrer em até 4 (quatro) horas úteis contadas a partir da abertura do chamado; (item 9.9, do Termo).

o) Caso o problema não seja solucionado a CONTRATADA deverá substituir o equipamento em, no máximo, 48 (quarenta e oito e duas) horas. Equipamento esse semelhante ou superior ao equipamento a ser substituído; (item 9.10, do Termo de Referência).

p) Suporte técnico especializado, remoto e presencial, disponível conforme necessidade da autarquia, assegurando o pronto atendimento de ocorrências técnicas e operacionais, sem ônus (item 3.4, do Termo).

X – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Conforme disposição do art. 90, § 5º da Lei 14.133/21, “A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante”.

10.2. Em conformidade ao disposto no art. 155 da Lei 14.133/21, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

10.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



10.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas supra as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3.1. A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 9.2.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.3.2. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.3 deste Edital, isolada ou cumulativamente com as demais sanções previstas.

10.3.3. A sanção de Impedimento de Licitar e Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.2.2 a 10.2.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.3.4. A sanção de Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.2.8 à 10.2.12, bem como às infrações previstas nos itens 10.2.2 à 10.2.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a de Impedimento de Licitar e Contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.4. Nos termos do art. 162 da Lei 14.133/21, “O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato”, sujeitando-se à seguinte penalidade:

a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.



10.4.1. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e consequentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração;

10.4.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

10.5. Na aplicação das sanções previstas neste edital será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

10.6. Sem prejuízo das sanções estabelecidas no item 10.3, as multas aplicadas à CONTRATADA deverão ser descontadas do primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros, pela diferença, se houver ou deverão ser pagas no prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis da data da sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial, descontado os valores de faturas pendentes.

10.7. Não sendo pagas as multas no prazo, previsto no item anterior, haverá a incidência de juros de mora, nos termos estabelecidos no artigo 406 da Lei 10.406/02 -Código Civil/2002.

10.8. Em caso de aplicação de multa e, o não pagamento da mesma por descumprimento das cláusulas previstas neste contrato, o instrumento contratual poderá ser levado a protesto, independentemente da aplicação de outras penalidades.

10.9. As multas serão descontadas diretamente dos pagamentos devidos à Contratada e, não havendo crédito para desconto, deverão elas ser recolhidas, pela mesma, na Tesouraria do SAAE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo que a não observância desse prazo implicará nas sanções legais e administrativas cabíveis, sem prejuízo de sua atualização monetária, desde a data do devido recolhimento.

XI – SUBCONTRATAÇÃO

11.1 **NÃO será admitida, sob qualquer hipótese, a subcontratação total ou parcial** do objeto deste Pregão Eletrônico, sem previa e expressa autorização da CONTRATANTE, nos termos do item 7.22 do termo de referência.

XII. DA ANTICORRUPÇÃO (LEI 12.846/2013)

12.1. *Considera-se transcrito para o presente edital a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), em especial o teor de seu Art. 5º, que trata dos atos lesivos à Administração Pública.*

XIII. DA PROTEÇÃO DE DADOS (LEI 13.709/2018)

13.1. A Administração se compromete a tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sem prejuízo da Publicidade e Transparência, no que couber.

13.2. A(s) Contratada(s) se obriga(m) a observar(em) as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) em relação aos dados pessoais aos quais tiver(em) acesso em decorrência do presente contrato, respeitando a privacidade,



inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, dentre outros, tratando-se exclusivamente para os fins necessários à execução do presente instrumento.

XIV – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O presente Contrato poderá ser extinto pela ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei 14.133/21.

14.2. A extinção poderá se dar de modo unilateral ou amigável, conforme decorra de inadimplemento das partes ou do interesse público, respeitadas suas consequências legais, nos moldes dos arts. 138 e 139 da Lei 14.133/21.

14.3. A extinção contratual não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O presente Instrumento de Contrato será regido pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15.2. Para efeitos obrigacionais tanto o **Edital de Pregão Eletrônico nº. 001/2026**, quanto a(s) proposta(s) da Contratada integram o presente Instrumento de Contrato, devendo seus termos e condições serem considerados como partes integrantes do presente instrumento contratual

15.3. A qualquer tempo será cabível o reequilíbrio-econômico financeiro, desde que se comprove que foi afetada a parte financeira do Contrato, sendo necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da ADMINISTRAÇÃO para a justa remuneração da execução. Objetiva-se a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

15.3.1. O pedido deverá ser protocolado diretamente junto à Unidade de Contratos e Convênios do SAAE de Jacareí, por meio físico no endereço: Rua Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí – SP; ou por meio eletrônico através do e-mail: contratos@saaejacarei.sp.gov.br;

15.3.2. Para viabilizar a análise pelo setor técnico competente, o pedido deverá ser instruído com documentação comprobatória da solicitação, que demonstre claramente a variação verificada entre a situação original e a atual, inclusive declinando os valores pretendidos;

15.3.3. Caso entenda ser necessário, o SAAE poderá solicitar documentação complementar para instrução do processo administrativo.

16.3.4. Uma vez deferido o pedido, total ou parcialmente, para efetiva aplicação do novo preço solicitado deverá haver formalização mediante assinatura de termo bilateral de aditamento;

16.3.5. O valor realinhado deverá se basear no disposto no item anterior, não se tratando de mero reajuste nem tampouco de aplicação do preço praticado no mercado.



15.4. A Administração terá o prazo de 01(um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado, nos termos do [art. 123, parágrafo único da Lei 14.133/21](#)

15.5. Para todas as questões pertinentes ao presente Contrato, o foro será o da Comarca do Município de Jacareí, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.6. E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

XVI – DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

16.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução serão conforme especificados no item 9 do Termo de Referência. A gestão do contrato será realizada pelo Departamento Administrativo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Jacareí - SP.

Jacareí,

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE

EMPRESA

TESTEMUNHAS

- 1) _____
Nome: xxxxxxxxxxxx xxxxxxxx xxxxxxxx
CPF: xxx.xxx.xxx.xx
- 2) _____
Nome: xxxxxxxxxxxx xxxxxxxx xxxxxxxx
CPF: XXX.XXX.XXX-XX



ANEXO IV TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2026

**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(CONTRATOS)**

Órgão Gerenciador: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/e-mail: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pelo Órgão Gerenciador estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

PELO CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

PELA CONTRATADO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

(*) – O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável (is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



ANEXO V DECLARAÇÃO DE VISTORIA - MODELO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE DE ACESSO NAS DEPENDÊNCIAS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE JACAREÍ.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Dados do Interessado:

Nome da Empresa: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Tel: _____ cel: _____

Declaro que foi procedida vistoria nos locais onde deverão ser executados os serviços do objeto supra desta licitação.

Obs.: _____

Representantes:

SAAE:

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jacareí

Data: ____/____/____

Empresa:

Responsável pela vistoria
CPF: _____
Data: ____/____/____



ANEXO VI DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS (AS) LOCAIS/LOCALIDADES ONDE SE DESENVOLVERÃO OS SERVIÇOS, DA NATUREZA E DO ESCOPO DOS MESMOS.

Ao
SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto da Jacareí

Ref.: Pregão Eletrônico Nº 001/2026

Declaramos ter pleno conhecimento do edital, submissão às condições nele estabelecidas, conhecimento das (os) localidades/locais onde se desenvolverão os serviços, da natureza e do escopo dos mesmos, tendo ciência de todas as condições e eventuais dificuldades para sua execução. Declaro, também, a concordância com os quantitativos, preços unitários e globais apresentados e, aceito como sendo válida a situação em que se encontra o local para a realização do objeto desta licitação e pelo cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.

Jacareí, ____ de _____ de 20____.

Empresa

(Nome, assinatura)

Responsável Técnico

(Nome, assinatura)